



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEdoC  
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP

JORDANA LIMA DA CONCEIÇÃO

**O TRABALHO DA MULHER CAMPONESA KALUNGA NA PRODUÇÃO E  
MANUTENÇÃO DA VIDA FAMILIAR NA COMUNIDADE VÃO DO MOLEQUE-  
CAVALCANTE - GO**

Planaltina-DF

2019

JORDANA LIMA DA CONCEIÇÃO

**O TRABALHO DA MULHER CAMPONESA KALUNGA NA PRODUÇÃO E  
MANUTENÇÃO DA VIDA FAMILIAR NA COMUNIDADE VÃO DO MOLEQUE-  
CAVALCANTE - GO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade UnB Planaltina-FUP, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo - LEdoC, com habilitação na área de Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Jair Reck.

Planaltina-DF

2019

JORDANA LIMA DA CONCEIÇÃO

**O TRABALHO DA MULHER CAMPONESA KALUNGA NA PRODUÇÃO E  
MANUTENÇÃO DA VIDA FAMILIAR NA COMUNIDADE VÃO DO MOLEQUE-  
CAVALCANTE - GO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília - UnB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Aprovada em 22/ 05/ 2019

**Banca examinadora**

---

Prof. Dr. Jair Reck – Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Rochet W. C. Paulino

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Osanette Medeiros

Dedico este trabalho a todos os meus familiares, em especial, a minha mãe, por ser minha fonte de inspiração, todos os meus familiares; a todos meus amigos e colegas dessa jornada, que sempre me ajudaram a ter paciência, persistência e resistência; e aos docentes da LEdoC por ter trilhado comigo esse caminho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado na luta do dia a dia, por ter me dado força quando fraquejei; e em cada obstáculo que tive que enfrentar; mostrando-me que nada é fácil, mas também não é impossível de se realizar. E com isso aprendi que, por mais que a jornada for longa a luta for árdua devemos lutar sempre desistir jamais.

A minha família, e especialmente a minha mãe Joana que é também a razão da minha existência e fonte para minha expiração, pelo carinho e apoio que veio dela.

Ao meu irmão Gelsivone que esteve sempre me apoiando, dando força para que eu pudesse continuar. E todas as minhas famílias tias/os e primas/os que de alguma forma me ajudaram direto e indiretamente durante esses quatro anos de luta.

Passaram-se horas, dias, meses e anos ficando longe de casa e da família, lutando contra os obstáculos encontrados para a realização de um sonho, mas durante todos esses dias, em momentos de tristezas, alegrias e força de vontade juntamente com o apoio da minha família e amigos, encontrei forças para trilhar esse caminho que não estava sendo nada fácil.

No início tudo parecia ser impossível ficar longe da minha Mãe, conviver com pessoas e ambiente diferente isso não é nada fácil quando decidimos que iremos dar continuidade no nosso sonho para alcançar um objetivo, as decisões devem ser tomadas, novas realidades enfrentadas e um novo ritmo de vida planejado.

Mas, com tantos dias e noites de estudos no final valerá apenas, por que chegamos a um momento que olhamos para trás e veremos o quanto passou rápido, o quanto você adquiriu e transmitiu conhecimento, e que isso ninguém jamais poderá tirar de você. Concluírá dizendo, valeu apenas tudo que eu passei com meus altos e baixos durante esses quatro anos.

Agradeço aos meus professores da comunidade, que foi lá que a primeira semente foi plantada e com cada gota de conhecimento que foi transmitido me ajudou no meu processo de formação, eu agradeço, pois hoje estou aqui me formando para ser uma professora e poder dar um retorno do conhecimento aprimorado/ adquirido, aqueles que me ajudaram desde o ensino fundamental,

médio e até ao ensino superior, a cada um deles o meu muito obrigado por me ajudar a nesse caminho.

Agradecer as minhas amigas e amigos que sempre estivemos juntos e me deram força nessa jornada, a Beatriz Vidal que esteve desde o início em que compartilhei as alegrias e tristezas e juntos tivemos trocas de conhecimentos, a Marília Gáspio que nos conhecemos e tivemos momentos bons que com certeza ajudamos uma à outra com palavras de força para continuar e não desistir, a Marinez, Célia, e o Carlos Roberto que também contribuiu nesse meu processo de aprendizagem e os demais colegas de turma, pois cada um/a que compartilhou o seu conhecimento, saberes faz parte dessa minha formação. Não citarei nomes de todos, pois seriam muitos, quero que todos sintam que é verdadeiro o que estou falando aqui por meio dessas simples fala. Os colegas que conheci na Ledoc, todos serão lembrados de uma forma especial, pois tenho a certeza de que eles contribuíram muito para o meu processo de aprendizado durante esses anos, e eu espero ter os ajudado também de alguma forma.

Um profundo agradecimento as/os Professores/as que me ajudou a trilhar o caminho na LEdoC, que não foi fácil, tanto para eles me compreender como eu para lhes compreenderem, cada um/a tiveram uma importância para minha formação, irei sair daqui com a certeza de que encontrei professores/as que fizeram a diferença em mim, ser um sujeito com uma outra visão sobre a realidade, tanto na vida pessoal como na vida social, por que através delas/es passei a ter uma nova concepção de olhar o mundo, em que faço parte.

Agradecer principalmente o professor Orientador, Jair Reck, que se dispôs a estar comigo, a me ajudar a fazer um bom trabalho, pois desde o início ele foi muito preciso quando eu estava com dificuldade de dar continuidade, sempre me orientou para que esse fosse um verdadeiro trabalho, agradeço também toda a banca examinadora às professoras Maria Osanette e Juliana Rochet, que dedicou parte do seu tempo para ler e analisar o meu trabalho, que para mim é de suma importância.

## **MULHER AGRICULTORA**

Mulher Agricultora mostra a tua cara.

Entra nessa luta, com a tua garra.

Vamos construindo a nova sociedade

Brigando por direitos, justiça e igualdade.

Busquemos com coragem e com muita paixão,

Ternura e esperança em nosso coração,

Exigindo respeito e participação

Declarando guerra aos que nos dizem não.

É o novo jeito de parir a vida.

Trabalhar a terra, produzir comida.

Homens e Mulheres, nesta relação,

É a sociedade em transformação.

Antônio Gringo

A mulher é símbolo de luta, resistência e exige respeito, Lutam por tudo que elas têm direito e contra o preconceito, seja ela do campo ou da cidade. O seu trabalho deve ser valorizado, Elas dizem sim, mesmo que muitos te dizem não, A sua luta é organizada, Pois querem ver a sociedade transformada.

(Jordana Lima).



## RESUMO

A comunidade Vão do Moleque, situada no município de Cavalcante-Goiás, é uma comunidade descendentes de quilombolas, onde o trabalho com a agricultura é algo que legitima o seu povo em que se configuram o seu elo. Foi por meio dos trabalhos desenvolvidos que a comunidade se manteve autossuficiente por vários anos e que nos dias de hoje eles ainda utilizam o método de plantação dos seus alimentos para sustentar a sua família. Diante disso, percebeu-se a necessidade da realização de uma pesquisa sobre o trabalho que é desenvolvido dentro da comunidade, em especial ao trabalho das mulheres que foi definido como tema de estudo e que tem ficado a margem, na invisibilidade. Esta pesquisa teve como objetivo (re) conhecer, registrar os significados do trabalho da mulher Kalunga e a sua importância na vida delas e de toda a família da Comunidade do Vão do Moleque. Com o intuito de promover reflexões acerca das necessidades, valorização, fortalecimento e do reconhecimento desse trabalho. A pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas, observações nos locais de trabalho e pesquisa bibliográfica. A mesma demonstrou que as mulheres Kalungas sofrem com a invisibilidade dos trabalhos por elas desenvolvidos, e isso provou que há fortes impactos na vida de todos da comunidade. A Educação do Campo é uma grande aliada por meio de ações, visando à valorização, o reconhecimento e o fortalecimento desse trabalho desenvolvido na comunidade.

**Palavras-chave:** Trabalho da mulher camponesa Kalunga. Educação e trabalho. Políticas públicas.

## ABSTRACT

The community of Vão do Moleque, located in the municipality of Cavalcante-Goiás, is a quilombola community descended from quilombolas, where work with agriculture is something that legitimizes its people in which they form their link. It is through the work developed that the community has remained self-sufficient for several years and that today they still use the method of planting their food to support their family. In view of this, it was realized the need to carry out research on the work that is developed within the community, especially the work of women, which has been defined as a topic of study and that has remained in the margin, in invisibility. This research aimed to (re) know, record the meanings of the work of the Kalunga woman and its importance in their lives and the entire family of the Community of Vão do Moleque. With the purpose of promoting reflections about the needs, valorization, strengthening and recognition of this work. Qualitative research, with interviews, workplace observations and bibliographic research. It has shown that Kalunga women suffer from the invisibility of their work, and this has shown that there are strong impacts on the lives of all in the community. The Education of the Field is a great ally by means of actions, aiming at the valorization, recognition and strengthening of this work developed in the community.

Keywords: Work of the Kalunga peasant woman. Education and work. Public policy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>CAPÍTULO I - ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE VÃO DO MOLEQUE</b>	16
I.1 Conceito de trabalho	18
I.2 O trabalho da mulher Kalunga no Lar	21
I.3 O trabalho da mulher Kalunga na agricultura familiar	26
<b>CAPÍTULO 2 - O PAPEL SOCIAL DA MULHER KALUNGA</b>	35
2.1 A mulher Kalunga: mãe e provedora da casa	38
2.2 O papel político da mulher Kalunga	41
2.3 A importância do trabalho da mulher Kalunga	45
<b>CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	48
3.1 Políticas Públicas existentes na Comunidade Quilombola Kalunga Vão do Moleque	50
3.2 Desafios para a valorização do trabalho da mulher Kalunga e o papel da Educação do Campo	53
3.3 Os sonhos e os desafios encontrados por muitas mulheres	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	64
<b>REFERÊNCIAS</b>	71



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema o trabalho da mulher camponesa Kalunga na produção e manutenção da vida familiar. O objetivo é analisar e registrar o desenvolvimento desse trabalho das mulheres Kalungas, bem como identificar se as famílias têm ou não atitudes específicas com essas mulheres que fazem a manutenção da vida familiar. Verificar, também, como as famílias pode contribuir na valorização do seu trabalho. Nesse sentido, torna-se relevante a compreensão delas a respeito do fenômeno do seu próprio trabalho, além de examinar se existem políticas públicas capazes de assegurar os direitos das mulheres Kalungas.

A comunidade Kalunga do Vão do Moleque está localizada no Centro-Oeste, na chapada dos veadeiros a 150 km do município de Cavalcante Goiás, entre Teresina e Monte Alegre de Goiás. Essa comunidade faz parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins.

O nome Vão do Moleque é atribuído por muitos devido aos/às negras/o, que foram escravizadas/o, terem resistido e escapado das mãos dos “donos”, refugiando em lugares de difícil acesso. Eles se escondiam em locais cercados por morros e montanhas, dificultando as buscas pelos capitães do mato. Com as grandes quantidades de fugas das/o negras/o que eram escravizados, eles se reuniram e formaram um povoado, atualmente conhecido como comunidade Quilombola Kalunga Vão do Moleque.

Existe também, na comunidade, um morro que se chama Morro do Moleque. Ele tem um pico com um formato de um dedo. Nesse lugar, conta-se um mito que ninguém nunca conseguiu chegar ao topo, pois ouvem grunhidos de bichos, forte ventania, tem sensação de que está caindo e desiste de continuar a escalada. Nesse morro, as pessoas não conseguem ver as costas dele por mais que tentem, sendo considerado encantado. Contam que é por causa do ouro que possui lá, porque onde tem muito ouro, dizem existir um encanto que tem que ser quebrado. Reforça-se que essas afirmativas são relatos feitos pelas pessoas da comunidade, apontando que ninguém conseguiu chegar, até o presente momento, ao topo do morro.

Por isso, que a comunidade é conhecida pelo nome de Comunidade Quilombola Kalunga Vão do Moleque, visto que foi construída pelas/o negras/o

que fugiram da escravidão no passado recente. “Vão”, devido a ser um lugar rodeado por serras, e “Moleque”, por causa do Morro que carrega esse nome.

O Vão do Moleque possui um clima semiárido, com a vegetação típica do cerrado. Alguns rios cortam a comunidade, tornando-se um lugar mais agradável nos meses da seca, de maio a setembro. Nesse período, alguns deles secam, mas outros somente a água diminui. Dentre esses, tem o rio corriola, corrente, correntinho, o rio prata e Paranã. Esses rios definem os limites da comunidade Vão do Moleque com as demais comunidades e com o Estado do Tocantins.

A Comunidade Vão do Moleque é rica em saberes culturais, que determinam o modo de ser e viver das pessoas, tendo assim uma boa relação entre si e com a natureza. Ela possui traços marcantes da agricultura familiar camponesa, modos tradicionais do trabalho e a relação com a terra. Logo, os manejos desenvolvidos são práticas econômicas sustentáveis, que é voltada para a subsistência do âmbito familiar.

Dentro da comunidade do Vão do Moleque, não há saneamento básico. A comunidade enfrenta dificuldades para a sua sobrevivência, além de ser um local muito distante da cidade. O longo caminho torna mais difícil o acesso, gerando barreiras para o desenvolvimento de ações que atendam a todos os membros da comunidade. Os moradores da comunidade lutam para que tenham uma melhor condição de vida em relação ao deslocamento. Eles relatam que, por meio de muitas lutas, a situação atual está melhor, pois há alguns anos os únicos meios para chegar à cidade eram a pé ou a cavalo. Logo, para fazer todo esse percurso, a vida tornava-se muito sofrida. Atualmente, já existe o acesso por meio de veículos. A distância entre a comunidade e a cidade de Cavalcante é de 150 km.

O território Kalunga do Vão do Moleque possui mais de 360 famílias e todas elas vivem basicamente da agricultura familiar. Vivem com uma pequena criação de gado, da caça, da pesca e, também, do extrativismo vegetal, como: o pequi, o caju, a mangaba, a guariroba, o coco indaiá, entre outros frutos do cerrado. Elas fazem a extração do óleo de coco, do pequi e outros. Portanto, trata-se de uma forma de trabalho para a manutenção familiar. Elas produzem arroz, feijão, milho, abóbora, mandioca, jiló, maxixe, quiabo e outros. São

fortes, entre elas, os saberes, os costumes e as tradições que passam de geração em geração para a sobrevivência de seu povo.

Todo esse trabalho envolve o olhar das mulheres da comunidade do Vão do Moleque, despertando o interesse da pesquisadora, que cresceu vendo a sua família falando e desenvolvendo esse tipo de trabalho. Mas, é mister destacar que, para muitas pessoas, não é reconhecido como um trabalho. Portanto, emerge a oportunidade de levar em consideração o trabalho realizado pela minha família e de muitas outras que, por vezes, não é verdadeiramente valorizado.

Por ser moradora da comunidade, me vejo como responsável pela oportunidade de estudar e, assim, poder demonstrar a importância do trabalho das mulheres Kalungas camponesa. Os objetivos da pesquisa foram examinar os trabalhos das mulheres camponesas Kalunga da comunidade Vão do Moleque na produção e manutenção da vida familiar; como a família e as próprias mulheres vêem o seu trabalho dentro do contexto dessa realidade; analisar como elas fazem os seus trabalhos e se existem políticas públicas que elas têm acesso para a realização e a valorização do seu trabalho.

Procuramos buscar responder às seguintes questões: porque o trabalho da mulher Kalunga não é valorizado/reconhecido? Como a comunidade vê esse trabalho das mulheres? Existem políticas públicas que atendem aos direitos das mulheres na comunidade? O que fazer para fortalecer o reconhecimento/valorização desse trabalho? Quais as contribuições que a LEdoC tem para o enfrentamento dessa questão? E como pode ajudar as mulheres da comunidade?

A pesquisa qualitativa fez com que possamos trazer dados e informações coletadas pela pesquisadora, além de propiciar a observação participante:

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 190).

Por meio da observação torna-se possível obter dados eficazes de determinados aspectos e, assim, auxiliar a realizar um bom esclarecimento da

realidade, ampliando as informações colhidas nas entrevistas e observando a ambiência de como é desenvolvido o trabalho cotidiano dessas mulheres.

Para as entrevistas semiestruturadas, escolhemos quatro mulheres Kalungas com idade a partir dos 40 anos. Para essa escolha, consideramos o fator experiência de vida dentro da comunidade; já ter criado filhos e netos, enfrentando as dificuldades tanto dentro de casa quanto fora.

Todos os moradores da comunidade do Vão do Moleque são descendentes de pessoas negras que foram escravizadas/o. Na comunidade, as divisões de lugares ocorrem e são nomeadas por fazenda. A minha família mora na fazenda denominada Maiadinha. As famílias que foram estudadas para a realização desta pesquisa também moram na mesma comunidade.

Utilizaram-se como embasamento teórico, autores (as) que tratam da questão da agricultura familiar, sendo os (as) principais: Medeiros, Sonia Maria Delgado, Laudemir Luiz Zart, Delma Pessanha, Leonilde Servolo, Marli Emílio, dentre outros (as). Como se trata de uma pesquisa qualitativa, utilizamos a observação participante e a entrevista semiestruturada com as mulheres da comunidade. Elas relatam como esses trabalhos são planejados; qual a relação desses trabalhos com o seu modo de vida e como elas e as suas respectivas famílias percebem o desenvolvimento dessas atividades. Empregaram-se, também, os procedimentos da Memória e da História Oral. Nesse sentido, torna-se oportuno destacar que a presente pesquisa teve foco na minha família, constituída quase inteiramente de mulheres, e que se auto organizaram para o desenvolvimento dos seus trabalhos e para a manutenção da vida familiar.

Para abordar a questão histórica, da construção da comunidade, nos pontos centrais dessa luta dos negros que foram escravizados, utilizamos os textos de Mari Baiocchi, *Kalunga povo da terra*. Nessa mesma direção, apoiamos o presente estudo em Luiz Pallacín para discorrer sobre a chegada desses construtores da comunidade no estado de Goiás. Acrescenta-se o trabalho da pesquisadora Glória Moura, que é a coordenadora geral do projeto cujo nome é *Uma História do Povo Kalunga*.

No que concerne ao trabalho das mulheres, utilizou-se, como referencial teórico, o livro: *trabalho e cidadania ativa para as mulheres*, dos organizadores Marli Emílio, Marilane Teixeira, Miriam Nobre e Tatau Godinho. Eles abordaram



a questão de como a mulher e seu trabalho é visto, a luta pelos seus direitos, mas, principalmente, com o objetivo de superação da desigualdade de gênero. Nesse prisma, destaca-se a compreensão das antigas e novas práticas que marcaram a relação das mulheres com o trabalho, a divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e familiar no cotidiano das mulheres. Para tanto, é preciso que as mulheres estejam unidas para pensar em políticas públicas, na perspectiva de sua autonomia, reconhecimento e valorização em todas as dimensões da vida comunitária.

Outro importante texto utilizado é o livro *Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamento político*, dos organizadores Delma Pessanha Neve e Leonilde Servolo Medeiros. Eles abordam a questão da participação das mulheres no processo produtivo, dando assim a visibilidade das mulheres para que tenham melhor conhecimento sobre as políticas das mulheres do campo e as suas formas de organização.

Com o decorrer dos processos da escrita, os seguintes pontos serão discutidos: no primeiro capítulo, abordaremos a contextualização histórica da Comunidade do Vão do Moleque, desde o seu surgimento, dando ênfase nas suas características culturais, como o trabalho das mulheres na agricultura e no lar. No segundo capítulo, trataremos do papel social da mulher, envolvendo a mulher mãe e provedora da casa e o seu papel político. No último capítulo, discutiremos sobre as políticas públicas e como elas estão inseridas na comunidade, a fim de verificar se existem ou não políticas públicas que atendem à realidade da comunidade.

## **CAPÍTULO I - ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE VÃO DO MOLEQUE**

Segundo Pallacín (2008), no estado de Goiás, como no Brasil, o seu povoamento deu início por meio das descobertas das minas de ouro. Neste estado, a exploração das minas de ouro iniciou com as chegadas dos bandeirantes, onde o seu povoamento foi em meados do século XVIII. Baiocchi, (1999) afirma que “a introdução do negro escravizado em Goiás é dessa época. O estado de Goiás nasce sob o símbolo do ouro e da garimpagem, sendo o africano a principal figura e, ou mesmo, o motor propulsor dessa estrutura”.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, um dos fatores responsáveis pelo desdobramento da região do estado de Goiás, no final do século XVII e no início do século XVIII, foi à chegada dos Bandeirantes e a conseqüente exploração do ouro.

De acordo com Moura (2001), como havia tantas riquezas a ser explorada, precisava também de muitas pessoas para fazer a extração do ouro. Inicialmente, começaram a domesticar e obrigar os índios a trabalhar forçado. Mas, os índios não aceitaram e alguns conseguiram fugir, pois não tinham esse hábito de trabalhar dessa maneira. Então, eles perceberam que com os índios sozinhos não conseguiriam enriquecer, devido a eles não aceitarem essa domesticação imposta pelos bandeirantes.

Por esses motivos, os bandeirantes foram buscar os negros/o para serem escravizados/o nas minas de ouro, bem como para realizarem outros tipos de trabalho. Eles eram obrigados a trabalhar dia e noite cavando nas beiras dos rios. Os negros/o escravizados/o eram capturados na África e trazidos para o Brasil, em péssimas condições, ou seja, de uma forma bastante precária, onde nas embarcações muitos morriam, devido à resistência e aos maus tratos. Morriam, também, devido à grande distância durante a travessia do Oceano Atlântico, como depois, por causa das contaminações de doenças, causadas pelas más condições de vida.

Os sofrimentos dos escravos começaram já na África todos e continuava depois no Brasil. Às vezes eram capturados na África todos os membros de uma família, mas eles eram separados para serem vendidos como escravos no Brasil. Também os que falavam a mesma língua e vinham de uma mesma região eram separados na hora da venda e dos donos das plantações costumavam misturar num mesmo engenho gente de línguas diferentes. É que eles tinham medo. Se os escravos pudessem se entender uns com os outros e ficassem todos juntos, talvez quisessem defender os parentes e os amigos contra os castigos e maus-tratos que sofriam e poderiam organizar uma revolta. (MOURA, 2001, p. 19-20).

Esses negros, que vieram forçados de suas terras longínquas, eram pessoas totalmente diferentes umas das outras, com costumes, línguas, e culturas diferentes. Eles não pertenciam às mesmas nações. Os índios, também, falavam outras línguas e tinham culturas diferentes. Isso fazia com que os bandeirantes iam à busca de mais negros a serem escravizados.

Já não era mais vantagem explorar os negros da terra, quando se podia ir buscar os negros da África. Diante dessa conjuntura, inicia-se a história dos antepassados do povo Kalunga (MOURA, 2001, p. 17).

A vida era dura, o trabalho difícil, e os negros/o escravizadas/o sofriam muito. Se algo desse errado, eram castigadas/o. Muitas vezes, presos no tronco com os pés e as mãos amarradas, apanhavam com um chicote. Muitos, cansados de serem torturados, fugiam, mas eram perseguidos pelo capitão do mato a mando do senhor. Infelizmente, a fuga, muitas vezes, não era bem-sucedida. Muitos, o capitão do mato conseguia pegar e, ao chegar, novamente, no cativeiro, sofriam mais ainda com os piores castigos. Os senhores torturavam da pior forma. Chegavam até a queimar os pés para assim dificultar a fuga. Conforme nos relata Moura (2001), essas eram as formas de como as negros/o eram tratados pelos senhores de engenho.

Todavia, alguns negros escravizados que fugiam o capitão-do-mato não conseguia capturar e, com isso, eles iam formando pequenos quilombos no meio das grandes serras, para que eles não fossem encontrados. Por isso, escolhiam os piores lugares de difícil acesso. Esses negros, ao fugir, se organizavam formando pequenas comunidades que são chamadas de quilombos.

Como afirma Pallacín (1994), as medidas tomadas pelos senhores para castigar os negros escravizados que fugiam eram cruéis. As seguintes punições ocorriam: o açoitamento; a marca com ferro quente com a letra (F), que tinha o significado de fugitivo; o corte de uma orelha ou, até mesmo, acabar com a vida. Os ditos “donos” dos escravos aplicavam as punições, como exemplo, para que os outros não viessem a fugir, pois já saberiam qual seria a sua pena, quando fossem capturados pelos capitães do mato.

O capitão-do-mato [...] recebia um ordenado (um vintém de ouro por dia, ordinariamente) e um tanto por escravo recuperado e entregue a seu senhor. Pelo sistema comunal da administração portuguesa, eram os proprietários de escravos os que deviam arcar com as despesas da luta contra os quilombos, cotizando-se segundo o número de seus escravos. Os moradores de Arraias, por exemplo, pagaram em 1749 quatro vinténs por escravo, segundo o costume, para combater o quilombo (PALLACÍN, 1994, p. 80).

Sendo assim, os senhores pagavam os capitães do mato para fazerem a captura dos negros escravizados, a fim de que eles não constituíssem quilombos e ficassem, cada vez mais, organizados e provocassem uma revolta. Apesar de os senhores colocarem diversos capitães do mato em procura dos negros escravizados, muitos escaparam; se organizaram e resistiram contra os seus supostos “donos”.

A comunidade Kalunga do Vão do Moleque constituiu-se devido à resistência das/o negras/o que eram escravizadas/o, no qual um dia eles se organizaram e decidiram que não iriam mais aceitar esse tipo de condição de vida. Então, eles fugiram e refugiaram em lugares montanhosos, criando as comunidades. Portanto, as comunidades existentes, atualmente, ao redor do município de Cavalcante Goiás, foram formadas por meio das/o negras/o escravizadas/o que fugiram das minas de ouro. Essa é, portanto, uma breve descrição da origem dos povos Kalungas.

## 1.1 Conceito de trabalho

O trabalho é tudo aquilo que o ser humano desenvolve independentemente de ser mulher ou homem. Ou seja, trata-se de tudo o que é desenvolvido e construído por suas próprias mãos para a sua sobrevivência,

conforme as suas necessidades. Acrescenta-se, também, que o trabalho pode ser assalariado ou não. Desse modo, destaca-se o trabalho das mulheres, no qual elas desenvolvem diariamente dentro de suas próprias casas. Elas não recebem um salário para executar as tarefas de casa, mas isso não se descaracteriza do conceito de trabalho proposto.

Podemos dizer que as mulheres são as que mais trabalham. A título de exemplificação, temos mulheres que trabalham em suas respectivas casas, cuidando dos filhos e realizando os serviços domésticos e, ainda, tem de trabalhar na casa de outra família, desenvolvendo as mesmas atividades. Já as mulheres do campo, elas não trabalham na casa de outra família, mas vai à roça para cuidar da plantação e ajudar o marido nesse processo. Aquelas que não são casadas, vão sozinhas e, quando chegam a suas casas, têm de continuar trabalhando, como preparando a comida, arrumando a casa e realizando diversas outras tarefas relacionadas.

A maioria das mulheres tem uma tripla jornada de trabalho todos os dias, trabalhando mais do que os homens. Principalmente, aquelas que vivem no lar onde o sistema patriarcal ainda reina sobre a família. Nesse sistema social, a mulher tem obrigação de cuidar da casa, dos filhos e fazer outros serviços relacionados. Ainda assim, muitas pessoas falam que as mulheres que ficam em casa não trabalham, pois na visão delas, o conceito de trabalho está restrito a uma remuneração. Desse modo, emerge-se o seguinte questionamento: todas as atividades realizadas por essas mulheres em suas casas, sem remuneração, não podem ser consideradas como trabalho?

Essa visão está presente no atual sistema capitalista, visto que muitos não reconhecem o trabalho dessas mulheres. Para acabar com essa ideologia, torna-se fundamental a união de todas as mulheres contra o menosprezo das inúmeras atividades que realizam em suas casas sem remuneração, com destaque para as mulheres camponesas Kalunga. Sabemos que a existência dos seres humanos está indissociada do trabalho que desenvolvem para suprir as suas necessidades. Mas, muitos se apropriaram dessa visão presente no capitalismo, considerando, como trabalho, somente aquele que é assalariado. No entanto, não perfilhamos do conceito de trabalho como somente aquele capaz de proporcionar uma remuneração, mas toda atividade diária. Nesse

sentido, torna-se oportuno apresentar outras definições de trabalho na visão moderna.

O trabalho, na visão moderna, foi formado pela economia política clássica, dando-se uma dupla definição do que é o trabalho. Na primeira definição, o trabalho é constituído em características genéricas da ação humana. Na segunda definição, há uma interpretação da primeira, quando aponta que o homem e a natureza estão sempre produzindo sobre as condições sociais determinadas. Com isso, os seguintes questionamentos sobre o trabalho são levantados: o trabalho útil é executado sob a chibata do feitor de escravos ou sob o olho do capitalismo? Estamos vivendo nas condições do artesanato, da escravidão, ou do assalariamento?

Para Marx (1867/1965), o trabalho é uma característica um ato que se passa entre o homem e a natureza. O próprio homem exerce em relação à natureza o papel de uma potência natural específica. Ele põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhe dar uma forma útil à sua vida. Ao mesmo tempo em que age por esse movimento sobre a natura exterior e a modifica, ele modifica sua própria natureza e desenvolve suas faculdades aí adormecidas. (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 65).

Essas duplas definições têm como objetivo fixar o trabalho uns aos outros em relação ao homem e a natureza e sobre homem e homem, na qual podemos perceber a sua insuficiência, pois remete ao modelo assexuado de trabalho. Nesta visão, o sujeito homem é visto de forma universal, sendo referido no masculino.

Sendo assim, essa dupla definição não pode ser pertinente se considerarmos as relações historicamente, que é o que torna possível considerar o sexo social. Se extrairmos todas as conseqüências da tese do "homem" como ser social, não existem trocas genéricas entre homem e a natureza, mas trocas *sempre especificam* entre os homens e as naturezas. E os próprios homens são os homens e mulheres: assim, torna-se possível falar de sexo do trabalho. (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 66).

O trabalho do ser humano sofreu modificações ao longo do tempo, bem como as suas condições de vida em relação à natureza. Logo, o modo de produção foi se diferenciando, desde o surgimento da exploração do trabalho junto com a dominação de grupos dentro da sociedade, ocasionando, assim,

disputas para a exploração da mão de obra barata no âmbito da produção do capitalismo. O trabalho não se restringe em como a classe dominante considera o assalariado, mas envolve a percepção das classes trabalhadoras e dos trabalhos desenvolvidos para o sustento. Não obstante, defendemos o trabalho como princípio educativo, ou seja, aquele que nos educa para a vida. Ele nos faz perceber que somos todos seres humanos pertencentes à natureza e a classe trabalhadora está sempre lutando pelos nossos direitos.

[...] A noção moderna de trabalho surgiu então sob o impacto de um verdadeiro golpe de força política e social: a separação entre uma seqüência de operação que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las. O trabalho, de um lado, a força de trabalho, de outro. E entre os dois: o tempo, referente central de avaliação da produtividade dessa combinação entre trabalho e trabalhador. O nascimento da noção de trabalho assalariado é a história dessa separação, que opõe uma forma objetificada a uma potência subjetiva. O trabalhador, ser de subjetivação, torna-se prisioneiro daquilo a que ele deve se reportar: as operações objetificadas (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 66).

Por esses motivos que os trabalhos desenvolvidos pelos/as agricultores/a camponesas/e, tendo em vista os das mulheres, não é considerado como um verdadeiro trabalho, conforme a ideologia de diversos capitalistas. O salário que se tornou o mais importante para a classe dominante, fazendo com que a divisão de classe na sociedade fosse cada vez maior e, assim, gerando a desigualdade social, na qual a classe burguesa detém a força para a exploração das mulheres e dos homens do campo.

## 1.2 O trabalho da mulher Kalunga no Lar

O trabalho das mulheres Kalungas no lar não é reconhecido por muitas pessoas que lançam um olhar pelo lado externo da verdadeira realidade e, muitas vezes, pelos próprios companheiros delas que não dão a devida valorização no que elas fazem dentro e fora de casa. Elas desenvolvem os seguintes trabalhos diariamente: acordam bem cedo para cuidar da casa, dos filhos, da roça e dos animais.

Elas fazem todas as tarefas domésticas, mas mesmo com tantos serviços realizados diariamente, muitos falam que elas não trabalham e que

fazem apenas a sua obrigação. Com base nas falas decorrentes da entrevista com essas mulheres, constata-se o quanto elas trabalham e como algumas pessoas não valorizam os seus trabalhos no lar. É possível observar que alguns maridos que estão dentro de casa não valorizam o que elas fazem, conforme os relatos a seguir:

É nós não desistir e lutar para mostrar para as outras pessoas que nós trabalhamos e muito, até para o marido que nem sempre dá valor no que nós fazemos (Elena).

É mostrar para aqueles que falam que nós não trabalhamos, trabalhamos e é muito, e se o marido também não está dando valor é deixar ele fazer o que nós fazemos para eles ver como é (Iracema).

De acordo com os relatos transcritos, observa-se que alguns maridos acreditam que as mulheres devem ficar em casa e fazer tudo, porque elas não trabalham.

As mulheres Kalungas têm uma tripla jornada de trabalho dentro de sua própria casa, realizando as seguintes tarefas: cuidar dos filhos e da educação deles, quando ainda são dependentes de seus cuidados; cuidar da limpeza da casa; preparar a comida; ir à roça para cuidar das plantações, dos animais; ir ao rio para lavar roupas, lousas, pegar água para tomar; pegar lenha e, enfim, tantos outros serviços que precisam ser realizados. Mas, mesmo assim, elas são vistas como se fossem incapazes de desenvolver outros trabalhos que não sejam aqueles ligados aos cuidados da casa. O trabalho, principalmente, o das mulheres Kalunga ficam à margem, na invisibilidade, pois tudo o que elas fazem, por não terem uma remuneração, é considerado como se não trabalhassem. Consequentemente torna-se difícil o reconhecimento e a valorização do importante trabalho dessas mulheres.

Isso é um grande problema para nós, mulheres Kalungas. Sabemos o quanto trabalhamos e devemos lutar para que o trabalho da mulher, sendo ele remunerado ou não, possa ser reconhecido. Essa jornada diária e árdua não deve ficar invisível.



Segundo os relatos de algumas mulheres, o trabalho começa desde cedo, ajudando os pais em casa. Mas, muitas logo se casam, afirmando que o trabalho aumenta. O dia a dia dessas mulheres passa a ser voltado para os cuidados com a casa. Quando têm os filhos, a situação fica mais complicada, pois elas têm de cuidar deles e fazer os demais serviços domésticos. Mas, mesmo assim, com tantos trabalhos realizados todos os dias, quando a seguinte pergunta é feita ao marido ou a qualquer outra pessoa da família: a mulher está trabalhando? A resposta é: não. Mas, será que não mesmo? O cuidar do filho; da casa e as outras coisas que elas fazem, não é trabalho? Obviamente, trata-se de trabalho. É o que elas realizam todos os dias com muita intensidade.

A desvalorização do trabalho da mulher Kalunga é devido a muitos considerarem, como trabalho, somente aquele em que consiste de uma remuneração. Essa visão do trabalho da mulher no lar como algo sem importância pode ser observada em Silva (2013):

[...] Ao instituir o trabalho da mulher como inferiorizado, produz-se a ideia de que a mulher “vale” menos, vale a metade. Esta situação é apropriada pelos donos dos meios de produção na relação de assalariamento, por meio da qual o preço da força de trabalho feminino corresponde à metade daquele dos homens [...] (SILVA, 2013, p. 169).

Com isso, podemos perceber que é uma visão capitalista fazendo com que as pessoas possam priorizar o dinheiro em todos os aspectos da vida. Logo, o trabalho somente possui valor, quando as pessoas recebem por ele. Todavia, essa afirmação é errônea. As atividades realizadas em casa sem remuneração, não deixa de ser um trabalho da mesma forma. Essas desvalorizações do trabalho feminino não remunerado devem ser desconstruídas. Consoante às falas das entrevistadas, todas responderam no mesmo sentido, quando perguntamos o que elas consideram como trabalho:

Tudo que eu faço aqui em casa é trabalho, porque se eu varro uma casa, limpo um fogão, se vou ao rio, lavo roupa, vasilha, faço comida cuido dos animais pra mim tudo isso é trabalho, então tudo que eu faço é trabalho sim (Joana).

Para mim tudo que eu faço aqui é trabalho, Se for lava vazia, cozinha, ir ao rio lavar roupa, porque tudo isso eu faço e é um trabalho. Ai muitos fala que não é, isso é porque eles não fazem tudo isso todos os dias(Izabel).

Tudo que eu faço dentro de casa é trabalho. Porque fazer uma comida, lavar uma roupa, varrer uma casa, lavar vazia, roupa tudo é trabalho (Iracema).

Pra mim é tudo, porque eu faço comida, lavo roupa, vasilha, arrumo casa vou ao rio, tudo que eu faço aqui em casa é trabalho (Elena).

É possível observar nas respostas das próprias mulheres o que elas consideram como trabalho. Elas mesmas reconhecem todas as atividades que fazem diariamente, porque sabem que é um importante serviço para a comunidade. Mas, para muitos, essas tarefas são apenas a obrigação delas, pois consideram que não fazem nada e estão limitadas a fazerem esses serviços. No entanto, tudo o que é realizado, diariamente, por elas é trabalho.

O trabalho realizado pelas mulheres Kalungas no lar tem um grande valor, pois é a partir dele que os outros serviços são desenvolvidos. Na Comunidade Kalunga do vão do Moleque, as mulheres fazem os trabalhos dentro de casa como já foi mencionado e, ainda, vão para roça trabalhar na plantação. Portanto, o trabalho delas é no lar e na agricultura. Muitos pensam que as mulheres Kalungas não têm capacidade de desenvolver outros tipos de trabalho, a não ser, o de dentro de casa.

No entanto, essa percepção não é verdadeira. Todas elas têm uma grande sabedoria e precisam de mais oportunidades. Ou seja, o estabelecimento de políticas públicas na comunidade para atender as suas necessidades. Sendo assim, elas e os trabalhos que desenvolvem teriam maior visibilidade, reconhecimento e valorização. Não obstante, é imprescindível que elas tenham dentro da comunidade o acesso à saúde, água encanada, energia, lazer, transporte, assistência social, enfim, a toda estrutura capaz delas se

sentirem reconhecidas e representadas para que possam usufruir dos seus direitos e da cidadania.

O trabalho no lar é visto como se fosse somente uma obrigação das mulheres. Muitos falam que é serviço de mulher. As mulheres sabem como cuidar dos filhos, da casa, enfim, sabem como realizar todos os serviços domésticos. Mas, para muitos, essas atividades não são consideradas como trabalho. Logo, já que elas não “trabalham” tem mesmo que ficar em casa e fazer tudo sozinhas. Esse é o discurso que muitos usam para inserir a mulher e o seu trabalho na invisibilidade. As mulheres têm de lutar contra esses tipos de pensamentos e atitudes sobre elas, fazendo com que sejam desconstruídos. É necessário que as mulheres tenham voz para ocuparem os seus lugares e fazerem o que elas quiserem, não ficando à mercê da imposição de outras pessoas.

A mulher e o seu trabalho são menos valorizados ainda, quando ela não tem a família completa, como a sociedade patriarcal e machista espera formada por marido, mulher e filhos. Quando uma mulher não tem uma vida conjugal como essa, para muitos essa mulher vive “atoa”. Ou seja, ela não faz nada, porque não tem um homem dentro de casa para mandar fazer os serviços domésticos. Acrescenta-se o olhar menosprezador sobre ela, como se não trabalhasse.

A minha mãe e a minha tia já passaram por isso e, ainda passam, pois elas não se enquadram como uma mulher “decente” na sociedade como muitos acreditam que tem de ser. Essa visão sobre essas mulheres não é verdade, pois elas trabalham muito. Logo, tenho exemplo dentro da minha própria casa.

Muitas mulheres, que são mães solteiras, sofrem com a falta do seu reconhecimento como mulher, acarretando sobre elas a pressão da sociedade patriarcal em estabelecer um padrão de como as mulheres devem ser perante a sociedade.

Diante dessa conjuntura, destaco que venho de uma família, onde fui criada somente pela minha mãe, convivendo também com a minha tia e as filhas dela. Desde cedo, fui vendo e ouvindo o quanto a minha mãe, que não possuía uma família como a sociedade patriarcal define, tinha e tem a capacidade de fazer tudo o que ela quiser. Mas, muitas vezes, não entendia quando alguém perguntava: tem certeza que foi a sua mãe que fez isso? Ou é

ela que faz tudo isso? No início, para mim, eram normais esses questionamentos. Somente depois que eu fui tendo conhecimento, compreendi o porquê dessas questões. Para muitos, a minha mãe seria incapaz de fazer todos os serviços. Apesar de ser difícil, não é impossível uma mulher ter uma família, sem ter uma vida conjugal como muitos entendem como o correto.

Por ser moradora da Comunidade, percebo, infelizmente, que muitos ainda têm a concepção de que as mulheres têm mesmo a obrigação de ficar somente em casa, para cuidar de todos os serviços domésticos. Ainda assim, muitos têm a “coragem” de falar que elas não trabalham. Todas as mulheres Kalungas merecem ser reconhecidas como mulher e trabalhadora, independente se elas têm uma vida conjugal ou não; se elas trabalham em casa, na roça ou em qualquer trabalho. Elas têm a sua importância na sociedade.

Na comunidade, o trabalho que é desenvolvido pelas mulheres não é remunerado, mas isso não significa que elas não trabalham. Portanto, todos os trabalhos das mulheres devem ter o seu reconhecimento, tanto por parte da comunidade quanto pelos demais membros da sociedade. Dessa maneira, as mulheres possam ter o empoderamento necessário para tomar as suas decisões e não aceitarem quaisquer imposições, tornando, assim, as verdadeiras protagonistas de suas próprias histórias.

A valorização do trabalho da mulher tem de acontecer independentemente de onde elas vivem e com quem elas vivem. O seu trabalho continua sendo o mesmo e a sua participação na sociedade devem ser aceitos e reconhecidos.

### I. 3 O trabalho da mulher Kalunga na agricultura familiar

As mulheres Kalungas da Comunidade Vão do Moleque sempre desenvolveram esse trabalho na agricultura familiar. Elas, assim como os homens, plantam, cuidam e colhem. Mas, como em qualquer outro trabalho, elas não têm o verdadeiro reconhecimento. Para muitos, trata-se de um pequeno favor que elas fazem, porque são mais fracas e não trabalham como os homens. Para tanto, não consideram o que elas fazem como um verdadeiro

trabalho semelhante ao deles. Nesse sentido, é possível constatar a seguinte fala: “O homem ganha mais dois tantos da mulher.” Em outros termos, as mulheres “valem menos”, “valem a metade”, apesar de a “enxada ser a mesma”.

As mulheres trabalham na roça com a plantação, desde a preparação das terras até o armazenamento dos alimentos. Mas, muitos maridos não reconhecem o que as suas esposas fazem. Eles falam que é uma “ajudinha” o que elas fazem, mas são as mulheres que realizam a maior parte do trabalho, porque além de trabalhar na roça, elas têm de preparar o café da manhã até o jantar. Essas tarefas domésticas também são trabalho.

As mulheres têm uma grande jornada de trabalho na agricultura. O momento em que as mulheres não atuam diretamente na roça é quando vão fazer o roçado. Essa atividade normalmente é feita pelos homens.

As atividades são divididas conforme a questão da força e do sexo. O marido é visto como aquele que assegura a produção, ou seja, ele faz a plantação e cuida dos serviços mais pesados, associados à força física.

As mulheres que não têm marido, como a minha mãe e a minha tia, quando é na hora do roçado, que é um trabalho mais pesado, elas tinham os seus irmãos para fazer ou, quando eles não faziam o roçado para elas, também faziam a troca de serviços com os outros. Mas, atualmente, a troca não funciona como era antes, sendo necessário o pagamento em dinheiro. Portanto, quando elas vão fazer um roçado, pagam para alguém fazer. Nesse ponto, as mulheres sentem que elas têm um limite, mas, mesmo assim, elas não desistem de realizar o que elas querem, mesmo com as dificuldades encontradas no decorrer do caminho.

Quando é para planejar o que vão plantar, muitas mulheres não podem participar ativamente, quando são casadas. O marido entende que ele que tem o direito de decidir sozinho. Alguns, ainda aceitam a opinião da esposa, mas outros não, falam somente que vão plantar e pronto. Então, a mulher não tem o direito de opinar. A título de exemplificação, as mulheres têm sim a capacidade de fazer o planejamento do que vão plantar, visto que a minha mãe e a minha tia, como outras mulheres, fazem todo o planejamento do que elas irão plantar. Todas têm essa capacidade independentemente delas serem casadas ou não.

A socialização da mulher rural foi muito dura; ela foi educada para aceitar o que os homens decidem ou, se não para aceitar, para não decidir. Isso sempre foi uma tarefa de seu pai ou de seu marido. Não é “tranquilo”, como os dirigentes [sindicais] afirmam, buscar a igualdade na família, pois ali existem muitas diferenças [...] (BONI,2004,p. 298 apud ZANINI; SANTOS, 2013, p. 96).

Na minha família, as pessoas que participam de todo o planejamento são: minha mãe, minha tia, minhas primas e eu. Muitas mulheres não participam, porque os maridos falam que elas não entendem ou não vão dar conta de fazer o planejamento. Não é verdade, elas têm todo o potencial, como qualquer outra pessoa.

Ao questionar se produzem alimentos? Quem planeja o que vai produzir/plantar?

Sim, quem planeja é eu minha filha, também porque é eu e ela que mora aqui, então somos nós que fazemos. Ai quando eu e minha irmã vamos plantar junto ai ela também faz (Joana).

Sim, eu que faço junto com minha filha é às vezes minha irmã quando plantamos junto (Izabel).

Sim quem fala mais o que vai plantar é meu marido, mas tem vez que eu também (Iracema).

Sim, plantamos e é ele (marido) que decide porque eu falo uma coisa ele disse que vai fazer outra ai então ai é ele que planeja o que vai plantar ( Elena).

Pode-se observar na fala das quatro mulheres entrevistadas como as mulheres de, alguma forma, são excluídas do processo de tomada de decisões. As mulheres, que não são casadas, têm outra forma de vida. Elas tomam conta de todos os serviços na agricultura. Já, aquelas que são casadas, por mais que elas trabalham na roça, a sua participação no planejamento é bem diferente das outras. Delma Pessanha e Leonilde Servolo afirmam:

Pode-se considerar essa postura como típica do pensamento tradicional, que confere ao homem a responsabilidade e o poder de decidir. O uso da metáfora da dança é bem ilustrativo: o homem tem de “dar os passos”, a direção, e a mulher tem de

acompanhar, senão “descontrola”, torna-se impossível ir para frente (NEVES; MEDEIROS, 2013, p.113).

Esse é um pensamento que muitos homens machistas possuem em relação às mulheres. Eles defendem que devem dar ordens a respeito do que exatamente tem de fazer. Esses pensamentos podem dizer, é normal para os homens machistas. Desse modo, as mulheres são inseridas na sociedade como inferiores aos homens, dentro de suas próprias casas ou não. O pensamento machista construído sobre as mulheres fazem com que elas se sentem coagidas em lutar pelos seus direitos e ocupar o lugar que elas querem. Por isso, a luta das mulheres pela igualdade é incansável para que não fiquem à margem da sociedade, sob a imposição e a invisibilidade.

Conforme já foi demonstrado, as mulheres trabalham na agricultura e realizam os serviços de casa. Elas trabalham na roça por volta das 10:30 às 11:00 horas da manhã, e voltam às suas casas para fazer a preparação do almoço. Pela tarde, é a mesma coisa: elas ficam no roçado, cuidando das plantas até certas horas e retorna às suas casas para dar continuidade nos serviços domésticos, como, por exemplo, na preparação da janta. Elas fazem essas atividades todos os dias, desde o período da plantação até a colheita dos alimentos na roça.

No caso das mulheres da Comunidade Vão do Moleque, verifica-se que elas tiram o sustento da família por meio da agricultura, com as plantações de diversos alimentos, conforme foi indicado por todas as entrevistadas:

Temos arroz, feijão de corda, mandioca, quiabo, jiló, maxixo, abobra, batata doce, banana, temos de tudo um pouco (Joana).

Arroz feijão de corda, mandioca milho, abobora quiabo, jiló, maxixo, temos um pouco de tudo no período do inverno (Izabel).

Arroz feijão de corda, mandioca milho, abobra quiabo, jiló, maxixo, banana, batata doce temos um pouco de tudo (Iracema).

Arroz feijão de corda, jiló mandioca milho, maxixo, quiabo, abobra, batata doce e banana. Mais nós planta um pouco de tudo (Elena).

Percebe-se que todas elas trabalham com as mesmas variedades de produtos. Trata-se de alimentos plantados e colhidos por elas mesmas. Esses

são os frutos do trabalho desenvolvido pelas mulheres camponesas Kalungas, além do trabalho doméstico. Diante da realização de todas essas atividades, como afirmar que, por ser uma mulher e mãe, não é a provedora da casa? Observa-se que a rotina diária dessas mulheres é marcada por um intenso trabalho, acordando sempre bem cedo. Elas relatam que o trabalho inicia na hora que levantam, indo até à noite, quando vão dormir.

Em seguida, serão apresentadas as imagens referentes ao plantio de alguns dos produtos cultivados pelas mulheres, frutos de um trabalho coletivo.

**Figura 1**–Roça de arroz.



**Fonte:** Jordana lima, 2019.



**Figura2**—Joana cuidando das suas plantações fazendo a capina.



**Fonte:** Jordana Lima, 2019.

**Figura3**—Quintal da casa plantio de milho.



**Fonte:** Jordana Lima, 2019.

**Figura 4**–Plantação de mandioca.



**Fonte:** Jordana Lima, 2019.

**Figura 5** – Feijão verde (conhecido como feijão de corda).



**Fonte:** Jordana Lima, 2019.

O modo de vida das mulheres na comunidade pode ser dividido de duas formas: aquelas que são casadas e trabalham no roçado com o marido e aquelas que não são casadas, como é o caso da minha mãe e da minha tia, e trabalham com os filhos para a consecução desse trabalho específico.

Em casa, inúmeros serviços são feitos e não tem descanso. Trata-se de uma grande luta, mas mesmo assim, diante de tantos trabalhos, elas não têm o verdadeiro reconhecimento, tanto por ser mulher quanto pelo seu trabalho. Elas ficam a mercê do esquecimento, como se fossem inexistentes dentro da sociedade em que vivem.

Todas as mulheres devem ter o seu verdadeiro reconhecimento, não importa onde vivem ou trabalham; seja do campo ou da cidade; se tem um trabalho assalariado ou não. A verdade é que qualquer tipo de trabalho que elas desenvolvem deve ser reconhecido. Valorizar o trabalho da mulher é dar a elas o direito que a elas pertencem, mas que não é admitido pelas pessoas que não enxergam as mulheres como dignas de ter os direitos iguais.

## CAPÍTULO 2 - O PAPEL SOCIAL DA MULHER KALUNGA

Há décadas em que as mulheres eram vistas como um meio de reprodução e, também, como uma mão de obra barata. O seu papel era somente ser dona de casa. Elas não tinham nem o direito de sair de casa. A subordinação aos supostos “donos” fazia com que elas não tivessem nenhum direito, dentro e fora de casa, a não ser, trabalhar para sustentar a família. Todo o seu direito de ir e vir era e continua sendo negado em muitos casos.

Com as devidas exceções, as mulheres Kalungas, assim como as demais, passaram por essa situação de subordinação por muito tempo, principalmente, as que eram, e/ou são casadas, pois os seus maridos falavam/falam e agiam/agem como se elas não teriam/têm nenhum direito de sair de casa. Veremos no pensamento de Paolo, como as mulheres eram tratadas:

A mulher é uma coisa vazia e fácil de controlar; corre grandes riscos quando está longe do marido. Portanto, mantenham suas mulheres em casa, mantenham-nas tão perto de si quanto puderem e apareçam muitas vezes em casa para ver o que andam fazendo e para mantê-las com medo e tremendo. Certifiquem-se de que elas tenham trabalho a fazer em casa e nunca as deixem ociosas (PAOLO apud STARR, TAMA, 1992, p.149).

Portanto, é possível observar que muitas mulheres eram/são tratadas, como um perigo se ficassem/ficarem fora de casa e distantes do marido momentaneamente. Logo, é como se elas não tivessem o direito de sequer sair de casa e descansar um pouco, porque o marido deveria estar por perto observando se estavam trabalhando. Para os maridos, as mulheres devem ser controladas, mas esses são pensamentos e atitudes de homens machistas com a concepção de que as mulheres são suas propriedades, em que eles podem fazer delas o que quiserem, sem elas terem o direito de se expressarem e darem suas opiniões.

Até no século passado, por exemplo, elas não tinham um papel como mulher definido na sociedade; não possuíam o direito ao voto e, muito menos, o direito ao trabalho remunerado. Em relação ao direito ao voto das mulheres, segundo o Editorial de 1915:

A concessão do voto às mulheres repugna os instintos que têm na ordem natural das coisas raízes profunda. Ela vai contra a razão humana, desafiando os ensinamentos da experiência e as advertências do senso comum (EDITORIAL apud STARR, 1992, p.155).

Percebemos o quanto foi difícil para as mulheres nessa época e, ainda, atualmente, encontram muitas dificuldades no exercício pleno dos seus direitos conquistados. Naquele tempo, os homens tinham total reprovação em relação ao direito ao voto das mulheres, porque eles não queriam que elas tivessem os mesmos direitos. Nesse sentido, torna-se oportuno retratar a exclusão e o machismo na fala de um líder político, em que ele fala que as mulheres servem somente para diversão: “as mulheres existem para nos divertir. Prefiro não ver mulher na política. Em vez de se transformar, elas devem permanecer como são – como flores.”

A mulher, desde essa época, já sofria com a inferioridade ao homem, não tendo o direito de fazer parte da sociedade em que estava inserida. Elas eram vistas como um objeto de diversão e, para muitos, a política não seria um lugar ideal para ter participação de mulheres. Esse pensamento e essa atitude refletem o preconceito e o machismo contra todas as mulheres.

Para muitos, as mulheres ainda são vistas dessa forma. Elas não têm o direito de fazer outras coisas, a não ser ficar em casa, cuidando dos filhos e dos trabalhos domésticos, como se ela não fizesse parte da sociedade. Essa situação desencadeia a percepção de que elas não se sintam capazes de reconhecer o seu potencial enquanto mulher. Como muitos se sentem “donos”, enxergam as mulheres como uma propriedade, em que eles podem fazer delas o que bem entender. Essa é uma situação bastante constrangedora que muitas mulheres vivem, porque elas se sentem incapazes e infelizes, como se elas fossem um objeto de uso. A seguir, reforça-se a forma como as mulheres são vista na sociedade patriarcal:

A natureza destinou as mulheres a serem nossas escravas [...] Elas são nossas propriedades e nós não somos delas [...] Elas nos pertencem, assim como uma árvore que dar frutos pertencem ao dono do jardim. Que ideia louca exigir igualdade para as mulheres! [...] As mulheres não são mais do que máquinas para produzir filhos (BONAPARTE apud STARR, 1992, p.151).

Esse pensamento citado acima é muito machista em relação às mulheres. Por ser mulher, não concordo, porque nós mulheres não devemos ser escravas de ninguém, muito menos ser uma máquina de reproduzir filhos. Somos mulheres e temos, sim, os direitos iguais aos homens, seja dentro e fora de casa; direito de escolhas; expressão; direito de ir e vir; de sermos donas das nossas próprias decisões do que iremos fazer sem ser obrigadas a se submeter a quaisquer atitudes ou pensamentos impostos.

Nós não somos propriedades de ninguém para termos um suposto “dono”, como muitos têm a concepção de que as mulheres são somente para satisfazer o homem, realizar as tarefas domésticas e cuidar dos filhos. Mas, isso não nos caracteriza ou nos realiza como mulher, pois temos muito mais capacidade do que é nos colocada. Não nos limitamos a uma pessoa com a finalidade única de servir, mas, sim, para realizar os sonhos e objetivos de ser uma pessoa independente, com os mesmos direitos dentro da sociedade em que vivemos.

Por muitos anos, elas passaram por uma drástica vivência dentro de uma sociedade em que, por ser mulher, é marginalizada, vista como um ser qualquer, ou seja, insignificante para a sociedade. Tudo isso que acontecia era visto como se fosse natural, passado de pais para filhos. Os filhos iriam reproduzindo o que aprendiam dentro de suas próprias casas. A inferioridade era atribuída às mulheres, inserindo, assim, elas em uma situação menosprezadora, em que elas deveriam aceitar e fazer tudo o que era imposto, principalmente pelos seus maridos, que tinham um grande poder dentro da casa.

Com o passar dos anos, com muitas lutas, nós mulheres, há pouco tempo, conseguimos conquistar o nosso espaço como cidadã, que antes era nos negado. Hoje, já temos direitos e deveres iguais, mas infelizmente ainda temos muito que conquistar. Por mais que nos dias atuais as mulheres já têm um maior envolvimento dentro da sociedade, as mulheres Kalungas ainda têm muitas dificuldades, pois elas são vistas, infelizmente, como uma mera dona de casa, incapaz de ocupar qualquer outro cargo por ser mulher trabalhadora na sociedade. Devemos lutar constantemente contra essa percepção, buscando superar essa visão de menosprezo.

Mas, mesmo com tantas rejeições e preconceitos contra as mulheres na sociedade, elas estão lutando, superando e se tornando mais bem vistas e com credibilidade. Isso está acontecendo devido à luta ser constante, em que elas decidiram quebrar as barreiras que eram impostas, de forma que elas pudessem não mais se sentir fragilizadas e não desistirem de buscar os seus direitos.

As mulheres Kalungas, hoje, percebem que elas podem, sim, ocupar qualquer outro cargo, não somente trabalhar como domésticas. As mulheres mais velhas da comunidade falam da falta de oportunidades que não tiveram, principalmente de estudar. Mas, mesmo que muitas não tenham um grau de escolaridade, elas, atualmente, já possuem outra participação/envolvimento dentro da sociedade, tendo, assim, um papel mais proativo.

Por mais que, ainda, exista uma grande desigualdade na sociedade em relação às mulheres em todos os aspectos, a superação está cada vez mais positiva. Elas buscam, diariamente, aumentar a sua participação, propiciando uma maior visibilidade como mulher e, também, em seu trabalho realizado. Por isso, deve-se lutar contra os preconceitos e os estereótipos que as mulheres sofrem no dia a dia. É preciso lutar pelos direitos das mulheres que foram roubados por uma sociedade patriarcal.

## 2.1 A mulher Kalunga: mãe e provedora da casa

A mulher Kalunga é mãe e provedora da casa. É ela quem tem a maior responsabilidade de manter a casa organizada, para que as famílias fiquem bem, desde a alimentação ao cuidado em geral. Mas, para a sociedade patriarcal, a mulher é meramente uma simples dona de casa com as suas obrigações a cumprir. A realidade da mulher, mãe e provedora da casa, é totalmente diferente dessa visão, porque elas têm um papel significativo dentro e fora de casa, tanto as que têm uma vida conjugal, ou não, cada uma delas têm a sua importância.

A título de exemplificação, é possível mencionar a minha mãe e a minha tia. Elas não têm uma vida conjugal, como muitos acham que uma mulher deve ter para ser considerada como “boa” dentro da sociedade. Elas mesmas que sempre sustentaram e sustentam a família por meio do trabalho na roça.



Em relação às duas mulheres entrevistadas, que têm um companheiro dentro de casa, percebe-se que, apesar deles sentirem que são eles quem produz o sustento da casa, esse sustento não é vindo somente deles, mas também das mulheres que estão juntas com eles durante todo o trabalho e, até mesmo, fazendo um pouco além do que eles realizam. Logo, levanta-se o seguinte questionamento: será que elas não têm o direito de serem reconhecidas pelo seu trabalho? A mulher é quem faz de tudo para manter a família, querendo ou não, os homens devem perceber/reconhecer que são elas as verdadeiras responsáveis pelo sustento da casa. Como podemos observar nas falas das entrevistadas, elas demonstram que trabalham junto ao marido para sustentar a família:

“É ele (marido), mais eu também ajudo colocar o alimento dentro de casa pra sustentar a família” (Iracema).

“É o companheiro, mais eu também ajudo fazer de tudo um pouco para ter a comida dentro de casa” (Elena).

Essa é a verdadeira realidade dessas mulheres. No primeiro momento, elas falam que são eles os responsáveis em colocar o alimento dentro de casa. Mas, ressalta-se que elas também trabalham para colocar o alimento dentro de casa em parceria com o marido. Infelizmente, essa atitude não é notada, ou seja, eles não admitem que as mulheres também sejam responsáveis nesse processo de construção coletiva.

Muitas mulheres, por mais que trabalhem junto ao marido para sustentar a família, devido ao enraizamento da subordinação que não foi desconstruído do seu pensamento, elas ainda reproduzem esse discurso sem imaginar o quanto isso é maléfico. Pensar que são eles quem colocam o alimento sozinho dentro de casa; que manda e desmanda quando quer; é aquele que é o chefe da casa, como a sociedade patriarcal e machista, ainda defendem como se fosse algo natural, e não socialmente construído, assim também deverá ser modificado, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Há todo um trabalho a ser feito nesse processo de desconstrução para sair da subordinação. Esse problema acontece em todos os lugares, mas nas

comunidades, essa marca de superioridade do homem sobre a mulher ainda é bem forte, pois a maioria não tem o conhecimento mais aprofundado sobre o que é a mulher ser subordinada ao homem, bem como o que é machismo. Muitas mulheres imaginam tratar-se de algo que é normal, sempre foi assim e será. Elas não percebem que, por trás de tudo isso, tem uma forma de opressão e violência contra a mulher.

Muitas mulheres, que têm um companheiro dentro de casa e que se sentem inferior ao homem, acham que tudo que for fazer tem de pedir permissão ao marido. Defendemos que não é exatamente uma permissão que elas têm que pedir, mas o exercício do diálogo como condição de um espaço de construção coletiva, como é o espaço familiar.

Não se deve generalizar que todas as mulheres casadas passam por essa situação e que todos os homens são machistas, inserindo as mulheres em uma posição de subordinação. Mas, dentro de uma sociedade repleta de preconceitos, um deles é sobre as mulheres. Principalmente, as negras, que é o caso das mulheres Quilombolas Kalungas. Esse tipo de preconceito é ainda maior, porque elas são olhadas de outra forma. Por serem mulheres camponesas, o olhar de inferioridade sobre elas é muito forte, tendo, assim, um índice maior de discriminação e exclusão social.

Quando se trata de uma mulher, negra, camponesa e mãe solteira as coisas complicam mais ainda, pois essas perguntas são recorrentes: “você tem filhos? Quem é o pai? Você deu conta de cuidar deles sozinha?” Esses questionamentos sugerem que é impossível de uma mulher cuidar dos seus filhos, sozinha, sem a presença paterna. Essas perguntas não foram feitas diretamente a mim, mas, sim, a minha mãe, Joana, e a minha tia, Izabel, que são mães solteiras e cuidaram de seus filhos sozinhas. Nenhum deles faleceu de fome e nem de maus tratos.

Quantas “Joanas” e “Izabéis” não se encontram por aí cuidando de suas filhas/os sozinhas. Ser mãe solteira, não significa que será incapaz de realizar o que quer. A minha mãe e a minha tia têm toda a capacidade de realizar o que elas querem, visto que não são inferiores. Do mesmo jeito, são todas as outras mulheres, pois não é fácil superar essas barreiras, descaracterizando a visão de que essas mulheres são frágeis. Eu tenho muito orgulho de ser filha de uma mãe solteira. Ela fez de tudo para não faltar o alimento dentro de casa para

mim e para meu irmão. Apesar de não ter um companheiro dentro de casa, isso não seria um motivo suficiente para que ela se sentisse incapaz de trabalhar para alimentar a família e educar os seus filhos. Muito pelo contrário, por essa ausência, ela se tornou uma mulher forte e guerreira, capaz de fazer o que ela queria. Isso é mais que uma prova de que, assim como a minha mãe e a minha tia, todas as outras têm sim capacidade e direitos iguais.

Independentemente de ser uma mulher solteira ou casada, ambas passam por dificuldades tanto dentro quanto fora de casa. Por mais que elas encontrem problemas, nenhuma desiste de realizar os seus trabalhos.

As mulheres da classe trabalhadora sejam elas do campo, ou da cidade, trabalham muito. Muitas mulheres, que moram na cidade, saem de casa cedo, deixando os seus filhos nas creches, nas escolas ou, mesmo, em casa com a companhia de um dos filhos mais velhos e só voltam à noite, pois tem que trabalhar para colocar o alimento dentro de casa para a família. Nota-se o quanto é difícil para uma mãe, mas ela não pode desistir, pois sabe que precisa continuar trabalhando.

As mulheres, que são mães na comunidade, como não possuem uma creche para deixar os seus filhos, quando ainda não estão estudando, elas os levam à roça e os deixam no ranquinho. O filho maior cuida do outro menor e, até elas mesmas cuidam, pois vão ao rancho olhar como eles estão. Todas as mulheres precisam ter o seu reconhecimento, por elas serem mulheres, mães, trabalhadoras e independentes. Elas são tudo isso e muito mais. Não se deve deixar que uma parte da classe em que elas pertencem, coloquem-nas na invisibilidade, como se elas não existissem.

## 2.2 O papel político da mulher Kalunga

É de sua importância pensar o papel político da mulher dentro da sociedade, pois ainda vivemos em um país, onde o patriarcado e o machismo estão presentes, fazendo a divisão de espaço em que as mulheres e os homens deveriam ocupar conjuntamente.

Os espaços das mulheres Kalungas, de certa forma, é bem restrito. A sua posição dentro da sociedade, ainda, é permeada de contradições que as levam a ficarem em um espaço limitado.

Por muito tempo, o papel da mulher na propriedade rural esteve ligado a atividades privadas, que não requeriam deslocamento da mulher para os espaços públicos. As atividades classificadas como femininas eram e são assim restritas ao espaço doméstico e vistas como tediosas e rotineiras. Essas atividades eram e ainda são, em larga escala, consideradas como ajuda (BRUMER, 1996 apud PAULILO, 2004).

Em relação às mulheres casadas, não se deve generalizar, mas há muitas que são submissas aos companheiros. Eles dizem o que deve ser feito; resolvem todos os problemas; tomam as decisões sem consultar as suas companheiras, seja dentro de casa, como no ambiente de trabalho. Por mais que muitas sejam decididas, têm um pensamento de que elas devem ficar um passo atrás dos homens; imaginam que trabalham menos do que eles, por mais que elas trabalhem de forma mais intensa, com tripla jornada, o pensamento de inferioridade está enraizado.

Muitas têm esse pensamento, porque sempre ouviram que os homens são melhores do que as mulheres. Já ouviram, muitas vezes, que quem trabalha mais são os homens; quem coloca a comida dentro de casa são eles. Mas, as duas entrevistadas que participaram desse processo da pesquisa, falaram que sempre estão juntas trabalhando para a manutenção da família. Todavia, sempre que perguntamos quem é o responsável de colocar o alimento dentro de casa, elas, em primeiro lugar, falam que são os seus companheiros e, em seguida, ressaltam que elas também trabalham juntas para ter a comida dentro de casa. Assim, para bem demonstrar o que analisamos, vamos retomar duas falas já utilizadas no subtítulo anterior, vejamos o que afirmam as entrevistadas:

É ele (marido), mais eu também trabalho pra colocar a comida dentro de casa pra sustentar a família. Então é nós dois (Iracema).

É o companheiro, mais eu também ajudo fazer de tudo um pouco para ter a comida dentro de casa (Helena).

Percebe-se que elas também são as responsáveis por colocar o alimento dentro de casa para sustentar a família, mesmo trabalhando com os seus companheiros. Transparece nas suas falas, que os companheiros são vistos como os verdadeiros responsáveis e, somente em seguida, elas falam que também trabalham e são responsáveis. Ao indagar às senhoras se elas não trabalham com eles no roçado, elas respondem que: “sim, trabalho e muito”. Nesse momento, percebe-se que elas são as verdadeiras responsáveis por alimentar a família, juntamente com o seu companheiro, sem, porém, se auto perceber nesse importante papel.

Essa é a realidade de algumas mulheres que têm uma vida conjugal. Por mais que elas façam parte de todo o processo de trabalho para a manutenção da família, nos seus pensamentos, fica evidenciado que são os maridos os primeiros a decidir o que e como fazer. Então, os homens são vistos como os verdadeiros chefes da casa. Não se deve falar por todas, mas é possível observar o quanto as mulheres são inferiorizadas e colocadas como incapazes na atual sociedade. É possível imaginar que muitas sofrem com essa reprodução de pensamentos.

As mulheres, que não têm uma vida conjugal, percebem que a vida delas, em relação ao trabalho e às suas decisões, é totalmente diferente. Por mais que ainda passam por dificuldades, elas têm certa autonomia. Não que as demais não possuam, mas sabemos que todas sofrem a inferiorização de alguma forma. Nas entrevistadas, que não tem uma vida conjugal, percebe-se que é diferente:

Sou eu e minhas filhas, todas trabalham juntas para ter a nossa própria comida, ai sou eu e elas que fazemos tudo (Izabel).

Sou eu e minha filha, por que ela também trabalha junto comigo para nos sustentar, ai então não é só eu, tem ela também (Joana).

Por mais que essas mulheres enfrentam dificuldades, a forma em que elas falam em relação a quem é o responsável pelo sustento da família, demonstram o envolvimento da família nesse processo de trabalho e de responsabilidade coletiva. A família toda participa, tendo, assim, não somente

uma pessoa como o responsável, mas todas/os. Consequentemente, reconhecem, de verdade, o trabalho realizado.

As mulheres Kalungas trabalham muito, mas é como se fosse algo qualquer. O seu trabalho inicia, desde quando elas se levantam pela manhã, até na hora de se recolherem para o descanso, pensando no trabalho a ser realizado no dia seguinte. O seu planejamento é iniciado com antecedência. Elas trabalham todos os dias e não recebem salário, mas conquistam o alimento para toda a família. O produto do trabalho não é direcionado à comercialização, mas para o sustento da família.

As falas das entrevistadas indicam o que elas produzem, com as famílias, são para o próprio consumo: “Ah é só pro consumo da família mesmo, não vai pro mercado não, tudo que nós plantamos é pra comer aqui mesmo”. Essa fala representa todas as entrevistadas. Percebe-se o intenso trabalho em preparar e cuidar de toda a plantação. Muitos querem menosprezar o seu serviço, ou estipular um preço que não leva em conta o seu trabalho.

Por mais que as mulheres Kalungas não tenham uma participação nos espaços públicos e políticos como elas deveriam, não significa que elas não são capazes de ocupar esses espaços, como sujeitas políticas e de direitos. O seu papel, como mulher, não é ficar submissa ao companheiro, ou seja, fazer o que é imposto sobre elas. O seu papel é muito maior, pois elas têm um espaço que necessita ser ocupado. Esse é o papel político, muito importante para conquistar políticas públicas, que oportunizem melhorias na qualidade de vida dessas famílias e comunidades.

Com base em Zanini e Santos, tendo em vista a autora Paulilo:

Paulilo (2004) corrobora essa sensação de inadequação que a mulher rural demonstra quase sempre no espaço público, ao lembrar que: “[...] historicamente a mulher foi considerada a responsável pela educação dos filhos, ela não era aceita nos espaços públicos e nem preparada para isso. A igualdade de gênero na constituinte só foi conseguida em 1988 no Brasil.”. Paulilo afirma ainda que o fato de a educação da mulher ser voltada para o cuidado com o lar e os filhos afastou-a do mercado de trabalho; e ainda fez com que a sua inserção fosse sempre precária, através de funções mal remuneradas e que não exigem qualificação. No entanto, a mesma autora assinala que “as mulheres de famílias pobres sempre trabalham”. (PAULILO, 2004, p. 2 apud ZANINI; SANTOS, 2013, p. 96).

Portanto, por mais que esteja na constituinte a igualdade de gênero desde o ano de 1988, muitas mulheres, atualmente, ainda são privadas de ocupar um espaço público e político, por ter um olhar voltado sobre ela constatando que elas devem ficar fora desses espaços. O desdobramento da inadequação é voltado principalmente para as mulheres rurais, negra, pobres da classe trabalhadora. Pois, são essas as verdadeiras vítimas de uma sociedade, individualista, machista e preconceituosa. Mas, as mulheres devem reivindicar e ocupar os seus lugares, que é de direitos de todos (as).

### 2.3 A importância do trabalho da mulher Kalunga

As mulheres são seres independentes. O trabalho desenvolvido por elas é o que resignificam a sua existência. Elas, sendo do campo ou da cidade, trabalham com a agricultura familiar e dentro da sua própria casa para manter a família. Pode ser também uma mulher que mora na cidade e trabalha na casa de outra família, ou aquelas que exercem outro cargo de trabalho. Elas são de suma importância para o desenvolvimento da sociedade.

O trabalho, para ser importante, não pode ser somente pensado no trabalho remunerado, porque tudo o que uma pessoa desenvolve, seja modificando e aprofundando no seu desenvolvimento, ela trabalha para manter/cuidar do que já foi conquistado. Trata-se de uma forma de trabalho que é significativa na sua vida. O modo em que será desenvolvido é determinado pela própria pessoa, ou seja, quem irá realizar a atividade. O seu planejamento é um dos pontos mais relevantes para que seja verdadeiramente realizado da forma que foi almejado. Não importa se é dentro ou fora de sua casa; se ele será remunerado ou não. A sua significação tanto no planejamento quanto na realização é importante, independentemente da mulher ser proveniente da cidade ou do campo. O seu valor será o mesmo, sem a necessidade de estabelecer uma hierarquia, devido ao local de realização do trabalho.

A mulher, no campo do trabalho, é vista de forma improdutivo, ou seja, que é incapaz de planejar e desenvolver os seus trabalhos do modo como ela queira. Dentro da comunidade, essa discriminação contra as mulheres é bem mascarada. As práticas de falas e atitudes são feitas, de maneira que muitos não percebam ou, talvez, finjam em não saber.

As mulheres camponesas Kalungas do Vão do Moleque, no desenvolvimento do trabalho de produção dos alimentos para a sua família, são consideradas, muitas vezes, morosas para a consecução dessa atividade. Alguns maridos falam que elas trabalham menos, por não terem muita força e, ainda, alegam que as mulheres estão dentro da roça cuidando da plantação, mas é somente para dar uma “pequena ajudinha”.

Eu, como moradora da comunidade, pesquisadora, por meio das minhas observações durante o meu estudo, percebo o quanto as mulheres trabalham conjuntamente com o marido, mas nem sempre são valorizadas. Aquelas, que não são casadas, trabalham sozinhas junto aos seus filhos (as), como o caso da minha família.

No decorrer da preparação da terra para a plantação, os homens, muitas vezes, fazem a divisão dos trabalhos, definindo o que será de responsabilidade do homem e o que será de responsabilidade da mulher. Como exemplo, pode-se mencionar o momento da capina e na hora de pegar o cisco para poder fazer a plantação. No início do serviço, a mulher está junto ao marido diante do cabo da enxada, fazendo os mesmos serviços. Quando chega mais da metade do serviço realizado, ele determina que a mulher pegue o cisco, porque ele não vai ajudá-la, visto que não tem paciência de fazer e trabalhou muito.

O serviço da capina foi desenvolvido em conjunto. Nesse prisma, emergem-se os seguintes questionamentos: agora, somente a mulher tem de concluir o serviço sozinha? Por que eles não têm paciência e trabalharam muito? Será que a mulher também não trabalhou? Para tanto, não significa que as mulheres são incapazes de realizar os serviços, muito pelo contrário, elas são capazes de desenvolver qualquer trabalho que quiserem. Como exemplo, dentro da minha própria família, eu cresci vendo a minha mãe planejando e realizando tudo o que ela queria, por mais que existam dificuldades, isso não significa que é uma forma de incapacidade.

Já presenciei muitas formas de divisão do trabalho, mas não entendia muito sobre o que realmente tinha por detrás dessa divisão. Com o decorrer do tempo, tive maior conhecimento a respeito de como as mulheres sofrem com a inferioridade e a imposição na divisão do trabalho, medindo as forças.



Agora, eu já tenho um conhecimento mais profundo sobre a questão da mulher ser colocada em uma posição de inferioridade. No curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), isso veio à tona, ou seja, entendi como as mulheres eram vistas dentro da sociedade, sendo elas do campo ou da cidade. E, com isso, desenvolvi um olhar mais crítico para dentro da minha própria comunidade, podendo analisar a situação em que, tanto a minha família, especialmente a minha mãe e a minha tia, que são mães solteiras, quanto as demais sendo solteiras ou casadas passaram/passam. O olhar e a compreensão da realidade viabilizam uma maior organização para poder transformar essa ambiência, partindo pela valorização das mulheres, do seu trabalho, da sua condição social, de ter uma vida conjugal ou não. A valorização das mulheres é de suma importância para superar os paradigmas criados, a fim de alcançar a igualdade entre todos (as), independentemente da origem, da raça, do sexo, da cor, da condição social, do nível educacional e dos demais fatores.

### **CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS**

As políticas públicas são ações desenvolvidas pelo governo para atender às necessidades da população em geral, ou seja, o governo faz um planejamento para trabalhar em prol de melhorar as condições de uma determinada região, cidade, comunidade, estado ou país. O governo é o responsável de ir à determinada localidade, que esteja precisando de um projeto de políticas públicas, e analisar a demanda específica, a fim de que os moradores possam melhorar as suas condições de vida. Essas ações não podem ser algo que atenda somente às necessidades individuais, mas, sim, o coletivo, em que todos podem ter acesso e usufruir dos benefícios.

A política pública tem de ser analisada, ou seja, identificar como e quem será beneficiado/a com ela. Não é, simplesmente, aceitar a ideia de que o governo tem um plano de desenvolver políticas públicas para a comunidade, mas que não tenha conhecimento de como será essa política.

Pode-se dizer que as políticas públicas são os governos em ação, trabalhando para mudar uma difícil realidade enfrentada pelos cidadãos. As ações podem ser representadas na criação de postos de saúde, escolas, transportes escolares e públicos, espaços culturais, água encanada, área de esporte e lazer, enfim, tudo o que for para a melhoria dentro da comunidade.

A definição de políticas públicas não é meramente relatar sobre a existência delas, sem a presença de uma ação desenvolvida como uma prova concreta, atendendo às necessidades da população em geral. De acordo com Celina Souza:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUSA, 2006, p.7).

Portanto, as políticas públicas são consideradas como um campo de conhecimento em que o governo está em ação. A finalidade é transformar as propostas em programas e ações que irão gerar mudanças e resultados na realidade. Após as políticas públicas tiverem sido pensadas, formuladas, elas devem ser colocadas em planos a serem desenvolvidos, sejam por meio de projetos, programas, pesquisas, dentre outros formatos. Enfim, de acordo com a especificidade de cada lugar em que as ações irão ser implementadas.

Existem vários tipos de políticas públicas que podem ser desenvolvidas pelos governos, como forma de beneficiar a todos, ou, somente uma parte dos cidadãos, implicando em um problema para sociedade. Em seguida, observa-se que Souza (2006) cita outros autores, que falam desses vários modelos de políticas públicas:

Theodor Lowi (1964;1972) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Com essa máxima Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente (LOWI, 1964,1972 apud SOUZA, p.9, 2006).

Lowi (1964, 1972) demonstra quatro tipos de políticas públicas, nas quais cada uma tem sua forma diferente para ser desenvolvida. Umas favoráveis e, outras, não. Pois, em alguns aspectos, os cidadãos em geral não são atendidos. Cada uma delas tem um grau de diferenciação e limitação, como forma dos governos transformarem em ações concretas.

Mas, sabe-se que as políticas públicas têm de ser implementadas dentro da comunidade, de forma que atendam às necessidades dos moradores, apresentando, assim, uma peculiaridade, representada pela adequação conforme a realidade da comunidade e, não, de uma forma distante do que a comunidade verdadeiramente necessita. Após a conclusão das políticas públicas, é preciso que estejam em constante avaliação, para saber se está ocorrendo tudo de acordo com o planejado. Pois, sem a avaliação tem-se a tendência de fazer as mesmas coisas o tempo todo, comprometendo o avanço nas melhorias necessárias. Esta avaliação das políticas públicas implementadas é para assinalar os pontos positivos e os negativos, tendo assim novas vias para pensar em novos processos que devem ser feitos. Diante desse contexto, o diálogo entre os moradores da comunidade e os responsáveis pelo projeto é de suma importância, pois a elaboração das políticas públicas deve ser realizada em conjunto, de forma colaborativa e participativa.

### 3.1 Políticas Públicas existentes na Comunidade Quilombola Kalunga Vão do Moleque

Por ser moradora da Comunidade e conhecer a realidade dos que habitam no mesmo local, posso dizer que as políticas públicas existentes dentro da comunidade em si são escassas, pois o que temos acesso é à educação/escola. Alguns são beneficiados pelo programa bolsa família, outros, pela aposentadoria. Outras políticas públicas deveriam ser desenvolvidas pelos governos como o acesso à saúde, assistência social, esporte e lazer, energia, entre outros. Porém, inexistem essas políticas. Os moradores da comunidade, para que possam ter acesso a isso, precisam se deslocar à cidade, que fica a mais de 150 km da comunidade.

As condições precárias dos meios de transportes e estradas refletem nas más condições de vida dos cidadãos. Houve casos em que muitos passam mal e têm muita dificuldade de se deslocar. Quando é no período chuvoso, torna-se mais difícil, devido aos rios ficarem cheios e dificultar a passagem. Nesse momento, percebe-se que as políticas públicas não estão sendo

pensadas e nem desenvolvidas em sintonia com as necessidades das comunidades.

Apesar da necessidade de diversas melhorias, algumas ações já foram realizadas dentro da comunidade nos últimos anos. Por exemplo, a construção de estradas, que dão acesso à comunidade, visto que antes não existiam. Quando alguém precisava ir, urgentemente, à cidade para ser socorrido, teria que ser levado no lombo do cavalo. Outros, que a situação era bem mais grave, teriam que ser levados na rede, onde muitos não resistiam ou chegavam com o estado bem complicado devido à demora em serem socorridos. Nos dias atuais, essa situação não está no extremo como antes. Pode-se dizer que houve uma ação do governo que trabalhou em prol de todos da comunidade.

Entretanto, não é por isso que a comunidade teve todos os problemas resolvidos, apenas amenizou uma das partes da situação crítica. O governo precisa transformar os planos em ações para todas as comunidades que ficam distantes de seus municípios. Uma delas, principalmente, é com base na área de saúde. Essa é uma prioridade de todos da comunidade. Em relação às entrevistadas, elas ressaltaram que a maior necessidade delas dentro da comunidade é com a saúde e a água, que poderiam ter nas suas casas, como podemos verificar:

Aqui podia ter um posto de saúde, água encanada, as coisas pra ajudar nós mulheres (Izabel).

Aqui nós precisamos de um posto de saúde, água nas casas, mais coisas para nós (Iracema).

Pra mim é ter um posto de saúde na comunidade e uma água nas casas, isso é o mais necessário, e que nós não temos (Elena).

É ter um posto de saúde na comunidade e uma água nas casas, isso é o mais necessário (Joana).

Portanto, a necessidade de políticas públicas, dentro da comunidade, tanto para as mulheres quanto para os demais membros, é principalmente em relação à saúde e à água encanada, pois elas/eles passam por um desafio muito grande no período da seca. O local destinado aos moradores para pegarem água, como o das entrevistadas, é muito longe e isso se torna algo

desgastante e cansativo para todos. Mas, não há alternativas, a condição é ir até aonde tem, ou ficar sem esse importante recurso. Elas passam muito tempo no rio com bacias de roupas para serem lavadas, sendo que já realizaram diversos serviços domésticos, antes de saírem de casa.

As dificuldades são várias. Logo, o governo precisa intervir e resolver o problema de todos, para mudar a vida de muitas/os, além da necessidade de realizar-se um trabalho de educação popular, contribuindo para ampliar a compreensão das pessoas da comunidade, principalmente, de que são sujeitos de direitos e que o caminho passa pela luta coletiva.

As políticas públicas, que devem ser pensadas para dentro da comunidade, não se definem somente nesses dois pontos: saúde e água. Mas, sim, pensar em como os moradores possam ter uma melhor condição de vida. A questão é, por se tratar de um lugar distante da cidade, torna-se preciso maiores investimentos na região, pois os políticos só vão à comunidade no ano das eleições, fazendo falsas propostas e não voltam mais. Conseqüentemente, a comunidade fica no esquecimento.

Constata-se a preocupação tanto das entrevistadas quanto de muitos outros moradores da comunidade. Eles têm medo em relação às futuras gerações de não conhecerem ou deixarem a comunidade, por falta de oportunidades, tendo um pensamento de que na cidade a vida é melhor, pois tem tudo que eles necessitam. Sendo que, na comunidade, também podem ter uma vida digna. O que realmente falta é que os representantes governamentais invistam nas comunidades, por meio de políticas públicas que atendam a todos os membros, desde crianças, jovens e adultos.

A comunidade pode até acabar, se as gerações mais novas perceberem que nas suas comunidades não têm muitas opções do que fazer como tem nas cidades. Esse pode ser um dos motivos que levara os jovens a sair da comunidade em busca de novas oportunidades. Diante dessa conjuntura, somente os mais velhos irão permanecer nas comunidades, pois já construíram toda uma vida nesse lugar, não conseguindo imaginar a vida em outra localidade. Por mais que passem por dificuldades, os mais velhos encaram as barreiras de outra forma, diferente dos mais jovens.

Por outro lado, os jovens têm todo o direito de buscar a realização dos seus sonhos; conhecer novas coisas; ter outras oportunidades. Mas, ao mesmo

tempo, a situação é preocupante. Como será vista a comunidade, se os próprios filhos não as reconhecem como o seu lugar de origem? Lugar esse que pode ter, sim, uma vida digna como eles queriam na cidade. Ver a comunidade com um olhar menosprezador é algo que coloca em risco a vida dos moradores, comprometendo, ainda mais, os seus direitos e o verdadeiro reconhecimento.

É necessário pensar em políticas públicas que atendam às especificidades das mulheres Kalungas, visto que ainda não existem dentro da comunidade. As mulheres precisam de algo que elas possam se envolver no coletivo, tendo um espaço de encontro das mulheres, seja para produzir e vender seus próprios produtos e artesanatos, ou da infraestrutura necessária para se deslocarem da comunidade.

### 3.2 Desafios para a valorização do trabalho da mulher Kalunga e o papel da Educação do Campo

A vida das mulheres Kalungas é permeada de desafios relacionados à luta pela valorização dos seus trabalhos realizados, por serem mulheres e trabalhadoras do campo. Elas levam uma vida diferente de como a sociedade determina. Não obstante, destaca-se a falta de políticas públicas que possa melhorar a situação da comunidade em geral, considerando as mulheres como um ser que está em busca de seus direitos.

A comunidade tem os seus desafios que são enfrentados, não somente pelas mulheres, mas por todos os moradores da comunidade. Estes desafios não impedem que as mulheres sejam valorizadas e os seus direitos possam ser verdadeiramente respeitados. Se os seus direitos forem alcançados e os seus trabalhos valorizados, os desafios serão enfrentados da melhor forma possível diante da dinâmica devida de cada uma/um.

A comunidade não deve desistir de lutar, enfrentar os desafios e lutar pelos seus direitos. Muitas pessoas da comunidade, assim como a pesquisadora, tiveram a oportunidade de aprimorar o seu conhecimento, de forma mais crítica sobre a realidade e, assim, poder ajudar a todos. Mas, esses conhecimentos não foram adquiridos sozinhos, mas, sim, construídos por meio

do compartilhamento de conhecimentos entre professores, amigos, colegas e comunidades. Desse modo, torna-se possível concluir a faculdade e chegar à comunidade, com o intuito de não impor o que aprendemos, mas, sim, reunir com os moradores para construir e lutar conjuntamente por um objetivo comum.

As pessoas referidas, anteriormente, se formaram e moram na comunidade. São todas mulheres e, este trabalho, é voltado para elas. No entanto, o foco desta pesquisa recaiu nas mulheres da comunidade a partir dos 40 anos de idade e que não são alfabetizadas. Pois, por meio do relato delas, torna-se possível verificar como é o seu dia a dia como mulher, mãe e provedora da casa. Constata-se, também, que elas têm sonhos. O foco da pesquisa foi destacar o papel dessas mulheres que, muitas vezes, não têm voz e não são valorizadas, pelo fato de serem mulheres e não serem alfabetizadas. Mas, elas possuem sonhos que devem ser considerados, como por exemplo, o sonho de estudar.

Por ser filha de uma dessas mulheres guerreiras, sonhadoras e lutadoras, surgiu essa inquietação de não deixá-las, com os seus trabalhos e sonhos, excluídos. Mas, também por ser mulher e vendo a luta da minha mãe e de tantas outras mulheres, a pesquisa é uma forma de dar visibilidade no ser mulher e no seu trabalho.

É muito importante para a comunidade, existirem pessoas comprometidas em ajudar essa realidade, uma vez que muitos dos moradores não tiveram a oportunidade de ter acesso à educação básica e superior. Atualmente, muitos membros estão saindo e retornando à comunidade, para, de alguma forma, ajudar a todos com os seus conhecimentos adquiridos na faculdade.

Diante desse cenário, destaca-se o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). O curso tem como objetivo trabalhar em prol do fortalecimento da luta das mulheres do campo e pelos seus direitos, partindo da realidade de cada um, para que assim possamos ter outra concepção sobre a realidade na qual pertencemos.

O sujeito do campo é movido pela luta e, a LEdoC com a sua metodologia, fortaleceu a luta coletiva para que todos possam alcançar um objetivo comum. Sabe-se que, quando tem um grupo unido lutando pelos



mesmos direitos, tudo fica mais fácil. Entretanto, não significa que a comunidade não encontrará desafios futuros, mas que esses sejam enfrentados de forma coletiva e com maior força para vencer.

A LEdoC é considerada uma das pontes encontradas para que a luta não seja de forma individual. Ela nos proporciona serem sujeitos críticos do campo, como forma de questionar e transformar a sua realidade.

No âmbito do curso, o conhecimento adquirido no decorrer do processo de aprendizagem, viabiliza a formação de sujeitos críticos, capazes de transformar a realidade da comunidade por meio da realização de ações que estejam em sintonia com o aprendizado. Esse é o verdadeiro papel da Educação do Campo, formar sujeitos que agem dentro da sua comunidade, fazendo com que os moradores possam ter outro olhar sobre a sua realidade e não aceitar passivamente as decisões tomadas. Nesse sentido, deve-se trabalhar com e para eles, considerando os princípios dessa ambiência.

O papel da LEdoC, na valorização do trabalho da mulher, é muito significativa. Por ser estudante do campo e trabalhar com agricultura familiar em companhia da minha mãe, percebi o quanto o curso é relevante para a minha formação profissional, acadêmica e humana. Na LEdoC, obtive um novo olhar para dentro da minha comunidade Kalunga vão do Moleque, sobretudo no que concerne à valorização da mulher Kalunga e do seu trabalho.

A LEdoC tem, como ponto de partida, a valorização do ser, da sua identidade, história e cultura. Conseqüentemente, o curso suscita dar voz aos oprimidos, por meio da sua metodologia, a pedagogia da Alternância, que não força abandonar a vida do trabalho para estudar. Sendo assim, pode-se atuar dentro da comunidade, a fim de que todos tenham compreensão de serem sujeitos dignos como qualquer outra pessoa, de qualquer outro lugar, ou seja, demonstrar a eles que têm o direito e a voz em qualquer lugar, direito de questionar, discordar e lutar pela ampliação do espaço público de direitos.

A LEdoC proporciona às mulheres do campo uma nova forma de ver a realidade, para que elas possam ter o empoderamento necessário, enquanto mulher e trabalhadora do campo. Nesse sentido, a transformação da realidade depende da luta coletiva e que, essa luta, seja emancipadora.

As mulheres Kalungas lutam pelo reconhecimento de seus trabalhos e pelo desenvolvimento de políticas públicas em que elas possam ter acesso.

Desse modo, elas enfrentarão menos desafios dentro da comunidade em relação ao seu trabalho, seja dentro de suas próprias casas ou no roçado. A LEdoC oferece para nós, mulheres, a consciência de que podemos e devemos lutar pelos nossos direitos. Ela é o meio de fortalecimento das lutas das mulheres.

A LEdoC é o fruto das lutas de movimentos sociais. Os egressos desse importante curso não devem esquecer e ignorar esse contexto de criação, desenvolvimento e consolidação da área. Nesse sentido, torna-se imprescindível transmitir aos demais membros da comunidade que a luta conjunta é a principal arma para a transformação. Ressalta-se que muitas vidas foram massacradas, porque muitas pessoas lutavam por uma educação do e no campo. Essa luta gerou a criação do curso, que hoje forma sujeitos do campo, para dar continuidade com a luta coletiva por uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerando, assim, o fato de que a Licenciatura em Educação do Campo nasce da participação direta dos movimentos sociais na sua concepção, pode-se afirmar que ela se enquadra no movimento contra hegemônico de transformação das políticas públicas de educação no Brasil (MOLINA; SÁ, 2012, p. 473).

Nesse prisma, observa-se que a LEdoC nasceu da luta. Logo, deve-se continuar lutando para que essa conquista não seja retirada de todas as pessoas do campo, visto que levaram anos para que pudessem ter uma educação que luta contra a classe dominante, ou seja, contra hegemônica. Essa luta é relevante, visto que a classe dominante tem uma visão opressora e exploradora sobre a população que vive no campo, comprometendo, assim, os seus direitos, as terras, as águas, as florestas e a educação de qualidade do e no campo.

Portanto, a LEdoC transforma vidas. Vidas, de pessoas que não tiveram a oportunidade de ter uma educação do campo. Essa transformação não ocorre somente dentro do ambiente escolar, mas com ações para que todos tenham a oportunidade de expor os seus pensamentos e os seus conhecimentos adquiridos, sem serem oprimidos. O curso transforma vidas por

meio da luta coletiva, da troca de conhecimentos, de saberes e da construção do trabalho coletivo.

Ao organizar metodologicamente o currículo por alternância entre tempo escola e tempo comunidade, a proposta curricular do curso objetiva integrar a atuação dos sujeitos educandos na construção do conhecimento necessário à sua formação de educadores, não apenas nos espaços formativos escolares, mas também nos tempos de produção da vida nas comunidades onde se encontram as Escolas do Campo (MOLINA; SÁ, 2012, p. 470).

A transformação de uma comunidade não é realizada somente por uma pessoa, mas, sim, em coletivo. A LEdoC tem o propósito de unir a comunidade, para que possa lutar pelos mesmos direitos. O conhecimento proporcionado pelo curso, em relação à valorização do trabalho da mulher, demonstra que todas as mulheres devem ser reconhecidas e valorizadas como os homens, independentemente se são provenientes do campo ou da cidade; trabalham na agricultura; domésticas ou donas de casa. Os direitos precisam ser iguais e, portanto, não deve existir nenhuma forma de exploração.

[...] vida humana misturada com terra, com soberana produção de alimentos saudáveis, com relações de respeito à natureza, de não exploração entre gerações, entre homens e mulheres, entre etnias. Ciência, tecnologia, cultura, arte potencializadas como ferramentas de superação da alienação do trabalho e na perspectiva de um desenvolvimento humano omnilateral [...] (CALDART, 2012, p. 265).

Esse pensamento da autora contribui para desmistificar e desnaturalizar de que as mulheres do campo são as que devem ganhar menos, que são incapazes. Mas, por que será que as mulheres são vistas dessa forma? A LEdoC colabora, significativamente, para analisar e compreender o motivo pelo qual as mulheres são vistas dessa forma, principalmente, quando se trata das mulheres Kalungas do campo. O primeiro motivo é devido à sociedade ser dividida em classes. O campo é visto como algo inferior em que os sujeitos, principalmente as mulheres, são seres considerados irrelevantes por não serem trabalhadoras assalariadas e, muitas, não terem um grau de escolaridade. Nesse sentido, a própria condição de serem mulheres é atrelada a um padrão de vida inferior determinado pela classe dominante. O segundo

motivo envolve a visão negativa e equivocada referente ao campo, como um local de extrema pobreza, um lugar não “desenvolvido”, onde os sujeitos são esquecidos e não precisam de direitos e de políticas públicas eficazes.

De modo geral, as mulheres são vistas como um objeto de uso e, por isso, elas sofrem tanto dentro da sociedade machista. Consequentemente, essa visão errônea faz com que as mulheres sejam marginalizadas, compreendidas como uma pessoa que tem a obrigação de ficar em casa e satisfazer aos desejos dos homens. Ou seja, as mulheres, para muitos homens machistas, não possuem direito nenhum, principalmente, quando eles percebem que as mulheres estão alcançando os seus objetivos. Nessa situação específica, eles acabam agredindo essas mulheres, de forma que elas se sintam inferiores a eles.

Com os conhecimentos adquiridos no curso da LEdoC sobre as mulheres, torna-se possível o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo a respeito de como as mulheres são vistas na sociedade. Por meio dos estudos proporcionados, percebe-se que as mulheres não têm a obrigação de ficarem somente em casa, sem o direito de fazer o que elas querem. Elas podem buscar por novos horizontes, como trabalhar com o que elas gostam, bem como estudar. Sabe-se que o trabalho assalariado e o direito a educação não faziam parte da vida de uma mulher no século passado e que, hoje, esse direito foi conquistado, apesar de as forças contrárias queiram retirar.

É esse o plano da classe burguesa e da sociedade machista, que querem ver as mulheres somente em casa, trabalhando como empregada doméstica. Salienta-se que o trabalho doméstico não é uma forma de trabalho ruim ou vergonhosa, mas para a classe dominante, esse é o único modo de trabalho de uma mulher, principalmente as negras da comunidade. Trata-se de uma construção histórica, onde elas não tiveram e, ainda, não têm o direito de estudar, fazerem uma faculdade e serem pessoas com consciência crítica, seres pensantes, capazes de lutar e ocuparem os seus lugares de direitos, independentemente de cor, sexo e lugar.

A LEdoC colabora como processo de desenraizamento de pensamentos menosprezadores referentes aos sujeitos do campo, para que os seus direitos não sejam retirados, além de propiciar o fortalecimento da luta coletiva na transformação dessa comunidade. Somos alçadas (os) em uma condição de

lutar por uma educação do e no campo, que atenda às especificidades dos sujeitos do campo e que as políticas públicas sejam concebidas de forma que todos tenham acesso. Aprendemos a lutar por um espaço em que as mulheres Kalungas conquistem a sua valorização como mulheres, mães e trabalhadoras para a manutenção da vida familiar. Lutar para que elas e as famílias se reconheçam como pessoas importantes, dotadas de direitos, sobretudo de fazerem o que quiserem sem serem oprimidas.

A educação do campo foi e será a ponte para a formação de sujeitos de direitos. Ela está à disposição para auxiliar o processo de organização da comunidade na luta pela conquista de direitos. Para tanto, a organização das pessoas é um primeiro passo importante a ser dado. A LEdoC contribui, teoricamente e metodologicamente, a ser um membro dessa organização dentro da comunidade. A sua proposta para os estudantes, desde o princípio do curso, por meio da inserção orientada nas escolas e comunidades, é conscientizar os alunos egressos do curso a dar continuidade na luta, juntos aos demais membros da comunidade, para que a luta possa ser em diferentes espaços. A pauta sempre será, por nenhum direito a menos, consigna dos movimentos sociais nesses tempos de destruição do próprio Estado, enquanto garantidor de conquistas históricas da classe trabalhadora.

Pela própria compreensão acumulada na Educação do Campo da centralidade dos diferentes tempos e espaços formativos existentes na vida do campo, nas lutas dos sujeitos que aí vivem e que se organizam para continuar garantindo sua reprodução social neste território, a ação formativa desenvolvida por estes educadores deve ser capaz de compreender e agir em diferentes espaços, tempos e situações (MOLINA; SÁ, 2012, p. 470).

Esse é o principal compromisso: compreender e agir em diferentes espaços, tempos e situações, tendo como referência as melhorias necessárias para uma vida digna no campo. Ao concluir o curso de Licenciatura em Educação do Campo, a compreensão acumulada, no decorrer da formação, viabiliza a capacidade de compreender e agir, seja dentro da comunidade, ou em qualquer lugar, alinhando o aprendizado adquirido com a prática, sempre em defesa da classe trabalhadora.

Diante dessa conjuntura, é mister ajudar a comunidade com ações para o seu fortalecimento. Para tanto, deve-se lutar para que a classe dominante não seja a protagonista da nossa história. A LEdoC ensina que devemos: ser os próprios sujeitos, construtoras (es) da nossa história; apropriar-se do que é nosso; não deixar que os outros falem e tomem decisões por nós, como se fôssemos incapazes de falar e decidir o que queremos.

A LEdoC proporciona duas grandes ferramentas em nossas mentes e mãos, que são: o direito a voz e o conhecimento. Deve-se utilizar todo esse instrumental a favor da comunidade, a fim de transmitir aos demais que não tiveram as mesmas oportunidades. Desse modo, essas pessoas podem se apropriar do que é de direito delas, usando esses recursos tanto para o crescimento pessoal quanto em favor do coletivo.

### 3.3 Os sonhos e os desafios encontrados por muitas mulheres

No pensamento de muitos, as mulheres não têm ou não devem ter sonhos. Quando se trata das mulheres Kalungas, é algo mais profundo ainda, pois elas são vistas como pessoas que não possuem sonhos. Mas, a realidade delas é diferente. Todas elas têm, sim, sonhos a serem realizados. No âmbito desta pesquisa, as entrevistadas demonstraram que possuem sonhos desde crianças, mas devido à falta de oportunidades, bem como por serem de uma geração em que os mais velhos devem auxiliar no trabalho de sustento das famílias, elas estavam impedidas de buscar outras oportunidades, como por exemplo, os estudos.

Em virtude de a comunidade ser muito menor naquela época, a situação era ainda mais complicada. Elas relataram que os seus pais dificilmente iam à cidade. Por serem mulheres, não saiam de casa. O marido era o responsável de ir às cidades mais próximas para comprar alguma coisa.

As entrevistadas relataram que, desde crianças, viam as suas famílias enfrentando dificuldades. Elas pensavam que poderiam ajudar futuramente as suas mães, pois imaginavam que iriam estudar. Mas, elas não tiveram a oportunidade de realizar esse sonho.

Elas afirmaram que, quando tinham por volta de 10 anos, queriam estudar, mas não havia escolas e nem professores. Caso houvesse, elas não saberiam se poderiam estudar, porque o pai falava que teriam de trabalhar para terem o que comer. A vida dessas entrevistadas não foi nada fácil. Apesar de elas serem diferentes, a realidade delas é bastante similar, pois todas tinham o sonho de estudar e ajudar a família e as outras pessoas. Uma delas teve a oportunidade de estudar até a 4ª série, mas relatou que não foi o suficiente para aprender muito, pois logo teve que deixar de estudar para trabalhar e ajudar a família.

É de ter continuado com os estudos que comecei mais não terminei, para eu saber mais das coisas e ajudar minha família e quem precisar.

Ter saído e voltado para comunidade e ajudar a família e as minhas filhas [...] (Elena).

Um sonho é de ter estudado, ajudado a família, os filhos, e também de poder possuir uma casa na rua para quando nós formos à cidade. E não precisa ficar na casa das outras pessoas [...] (Iracema).

Um dos meus sonhos era de ter estudado para eu poder ter tido uma condição melhor e ajuda minhas filhas, para eu poder ter tido uma condição melhor, porque antigamente era difícil, e era também de ter uma casa na cidade, isso é um sonho de muitos daqui da roça, porque quando vai lá tem que ficar nas casas de outras pessoas [...] (Izabel).

Um dos meus sonhos era ter estudado, e ter tido uma oportunidade para ajudar a família meus filhos e quem precisassem ter como uma casa na cidade para quando fosse preciso ir lá, porque antes era bem difícil, mas mesmo. [...] (Joana).

Percebe-se, nas falas das entrevistadas, que todas elas queriam ter a oportunidade de estudar. Mas, essa não é somente uma realidade das entrevistadas, mas, sim, de tantas outras mulheres e homens da comunidade, que tiveram um sonho interdito. Diante desse contexto, emergem-se os seguintes questionamentos: o que podemos pensar em relação a isso? Quem são os responsáveis por terem tantos analfabetos no Brasil? Atualmente, sabe-se que a educação é direito de todos os cidadãos e dever do Estado. Então, o que leva as gerações mais antigas a não terem uma educação escolar? O motivo é que o Estado não estava se importando com as

comunidades rurais, com certos grupos de pessoas, fazendo com que não fossem criadas políticas públicas para atender às necessidades dos moradores.

Como os “representantes” do povo não pensavam em desenvolver projetos para atender às comunidades distantes da cidade naquela época, os pais das crianças da comunidade, que já não tinham um conhecimento na área de educação escolar, falavam que elas não teriam escolas para estudar, tendo que trabalhar para não passarem fome.

As famílias não tinham nenhuma condição de ir à cidade e encaminhar os seus filhos para estudar. Sabe-se que, naquela época, a situação era mais difícil do que nos dias atuais. Conseqüentemente, tanto as entrevistadas quanto as diversas outras pessoas, não tiveram a oportunidade de estudar; adquirir novos conhecimentos; poder ler e escrever. A vida dessa geração, formada por pessoas a partir de 40 anos de idade, foi bem difícil. Tudo era mais complicado, inclusive para sair da comunidade em busca de um tratamento hospitalar.

Muitas pessoas perderam a vida por falta de socorro, até mesmo, as entrevistadas passaram por essa difícil experiência nas suas famílias. Eram crianças; mulheres no trabalho de parto; pessoas picadas por animais venenosos, como a cobra. Tudo isso acontecia, porque até chegar à cidade, as pessoas não resistiam dado à grande distância. Quando não conseguiam ir a cavalo, as pessoas tinham de ir a pé, carregando o paciente na rede. A Joana, por exemplo, que é uma das entrevistadas, saiu da comunidade carregada na rede, passando muito mal. Ela ficou uns três dias no caminho, porque não havia meio de transporte para ir à cidade.

Se essa geração, considerada nova, passou por tantas dificuldades, imaginam-se os desafios das anteriores. Atualmente, já existem meios de transporte na comunidade, mas deveria ter, pelo menos, um posto de saúde para dar os primeiros socorros aos pacientes. Algumas conquistas já foram alcançadas pela comunidade, tais como: a escola e o meio de transporte. No entanto, devem-se realizar mais ações para uma comunidade que possui mais de 360 famílias.

Essas mulheres não tiveram a oportunidade de realizar os seus sonhos. Todavia, hoje, elas conseguem ver os seus filhos e netos realizando. Elas



relataram que, pelo menos, o que elas não tiveram, os seus filhos estão tendo, que é a educação escolar. Todas elas comentaram que ficaram bastante felizes pelos (as) seus (as) filhos (as), visto que lutaram para que eles (as) não ficassem sem estudar como elas. Elas não retiraram os (a) seus (as) filhos (as) da escola para trabalhar, a fim de que eles (as) tivessem uma vida diferente da delas e não sofressem tanto na vida. Sendo assim, essas mulheres acreditam no potencial transformador da educação, mesmo não tendo a oportunidade de estudar.

Percebe-se que as mulheres da comunidade, tanto as que participaram da entrevista, quanto as outras, passaram por muitas dificuldades, sobretudo pela falta de oportunidades dentro da comunidade. Sendo assim, constatam-se as marcas de sonhos irrealizados, frutos de um tempo em que os representantes políticos não elaboravam políticas públicas e demais ações que contribuam na emancipação da comunidade.

Os sonhos dessas mulheres foram interrompidos, mas elas não desistiram. Com o decorrer do tempo, elas visualizaram uma nova configuração da comunidade, pois os (as) jovens têm mais oportunidades atualmente. Uma das entrevistadas, sempre aconselhou para que a sua filha estudasse, porque ela não teve essa oportunidade quando era mais jovem. Não somente a filha da entrevistada ouviu essas recomendações, mas as demais jovens da comunidade receberam esse conselho dos seus pais e mães. Em cada olhar dessas pessoas que falaram para aproveitar os benefícios dos estudos, percebe-se o desejo de cada uma para que tivesse essa mesma oportunidade.

Muitas mulheres, como a minha mãe, afirma: “pelo menos você teve e está tendo a oportunidade de estudar. Eu não tive, mas agora você tem. Isso é importante e temos que apoiar e incentivar”. Essa é a fala que muitos moradores pronunciam para os (as) seus (as) filhos (as), ou seja, por mais que elas não tiveram o acesso à educação formal, ficam felizes pelos (as) seus (as) filhos (as), que estão estudando e podem fazer uma faculdade, sendo que nem sabiam o que era isso naquela época. Desde então, cada família luta para que os (as) seus(as) filhos(as) não desistam dos seus estudos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos o trabalho das mulheres Kalungas para a manutenção da vida familiar, constata-se que mesmo com as melhorias na vida dessas mulheres diante do contexto atual, ainda, existem muitas pessoas que não mudaram o pensamento quanto ao homem ser superior à mulher, exercendo certa autoridade sobre elas. Em grande parte, os valores que buscam dar legitimidade a essa autoridade é proveniente da estrutura patriarcal.

Quando uma mulher diz que quer sair e trabalhar fora para poder realizar-se, em geral isto significa que ela é péssima com o ferro de passar (REDBOOK apud STARR, 1969, p. 150).

Esses pensamentos são reproduzidos por uma parcela da sociedade sobre as mulheres. Elas são vistas como seres capazes de fazer apenas os serviços domésticos, sendo obrigadas a ficarem restritas ao ambiente do lar. Os homens machistas consideram que os trabalhos de casa devem ser realizados somente pelas mulheres. Logo, esse posicionamento deve ser desconstruído, pois as mulheres e os homens têm os mesmos direitos dentro ou fora de casa.

Esta pesquisa é de suma importância, porque é uma forma de conscientizar os moradores da comunidade Vão do moleque a respeito da valorização da mulher e do seu trabalho, tanto as mulheres do campo quanto as da cidade. Nesse sentido, torna-se imprescindível que as próprias mulheres possam se valorizar, como cidadãs independentes, dotadas de direitos, voz e participação. Acrescenta-se, também, ao propósito desta investigação, a possibilidade de alertar aos homens, detentores desse pensamento preconceituoso e de menosprezo em relação às mulheres, tanto dentro da comunidade quanto em outras ambiências, que elas possuem os mesmos direitos e deveres, amparados pela Constituição. Para tanto, as mulheres devem ser reconhecidas, valorizadas e respeitadas, configurando um novo

olhar referente a elas e aos seus trabalhos realizados, sem ser inserida como uma pessoa insignificante na sociedade, como, infelizmente, ainda é concebida por uma parcela da sociedade.

Portanto, esta pesquisa teve como proposta de desdobramento, tratar do trabalho da mulher camponesa kalunga na produção e na manutenção da vida familiar, traçando assim dois perfis diferentes de mulheres no âmbito da entrevista realizada: duas mulheres que não possuem uma vida conjugal e, outras duas, que possuem uma vida conjugal, obtendo, assim, o total de quatro mulheres integrantes da comunidade entrevistadas. Desse modo, tornou-se possível explorar os seguintes aspectos: se os trabalhos eram reconhecidos e valorizados tanto por elas quanto pelas próprias famílias; como de dava o tratamento no seu desenvolvimento e no âmbito familiar, pois é necessário entender e compreender os problemas enfrentados pelas mulheres no seu dia a dia, com a integração do trabalho com a vida.

Com todo o processo de pesquisa, observação e estudo, constatou-se que as mulheres vivem como as verdadeiras responsáveis para manutenção da vida familiar, mas que nem sempre elas são reconhecidas e valorizadas, vistas somente como mera ajudante. Percebe-se, assim, esse descaso nas falas das mulheres que possuem uma vida conjugal, sobretudo no seguinte questionamento da entrevista: se o trabalho que elas fazem é valorizado e por quem? As duas entrevistadas responderam da seguinte maneira: *“Sim, por mim mesmo e minhas filhas e meus netos e às vezes o companheiro”*. *“Eu acho que sim, pelos meus filhos e às vezes ele (esposo) dá valor, outra vez não”*.

Em relação às outras mulheres, que não possuem uma vida conjugal, percebe-se a diferença nas suas falas sobre a valorização do trabalho. Ao questionar se elas se sentem valorizadas por todos da família, obtemos as seguintes respostas: *“Sim por eu mesma, minha filha, meu filho a família toda”*. *“Sim por mim e minhas filhas, minha irmã e a família”*. No entanto, nem sempre todas se sentem assim, como vimos nos relatos das entrevistadas acima, apontando que aquilo que elas falam ou fazem não têm muita significância na maioria das vezes. Considerando as falas das entrevistadas, verifica-se que todas participam de todo o processo de trabalho, quando é referente ao roçado. Além disso, elas trabalham dentro de casa com outros serviços.

De modo genérico, elas realizam uma tripla jornada de trabalho todos os dias, conforme aponta a seguinte afirmativa durante o processo de entrevista: *“Tem que mostrar que nós mulheres trabalham e muito todo dia”*. Logo, essas mulheres têm inúmeros desafios diários. Elas trabalham muito, conforme a fala da entrevistada. Porém, como o trabalho não é remunerado, de modo geral, não é compreendido como extremamente relevante para o sustento e a manutenção da vida familiar.

Diante dessa conjuntura, a presente pesquisa visa ampliar a compreensão da importância do trabalho de homens e mulheres na manutenção da vida familiar, independentemente de ser ou não assalariado. Nesse prisma, ressalta-se a sobrecarga que recai nos ombros das mulheres, fruto de uma histórica construção social, na qual as mulheres e os homens necessitam compreender e colaborar no processo de auto e hétero libertação.

Como aprendizado, levarei as marcas e os saberes das mulheres Kalungas trabalhadoras, que têm direitos e sonhos. Sonhos esses que, as entrevistadas e muitas outras mulheres, infelizmente, tiveram dificuldades para realizarem devido à falta de oportunidades. As entrevistadas relataram um dos seus sonhos: *“Um dos meus sonhos era ter estudado, e ter tido uma oportunidade para ajudar a família meus filhos e quem precisassem [...]”*. A segunda e a terceira entrevistadas, também, apontam o sonho não realizado de terem estudado: *“Um dos meus sonhos era de ter estudado para eu poder ajudar minhas filhas [...]”*. *“Um sonho é de ter estudado, ajudado a família e os filhos [...]”*. A quarta entrevistada, até que teve a oportunidade de estudar, mas não pôde dar continuidade aos estudos, devido às dificuldades encontradas na família, conforme demonstra em sua fala: *“O meu sonho era de ter começado estudar mais cedo, e ter continuado os estudos, para eu saber mais das coisas e ajudar minha família [...]”*.

Essas mulheres são batalhadoras e vencedoras, pois não deixaram de acreditar nelas mesmas e nos seus trabalhos diante das dificuldades encontradas na realização dos seus sonhos. A sabedoria de cada uma delas é surpreendente, visto que não ficam inertes às dificuldades diárias. A luta e a resistência delas demonstram que as mulheres não devem parar de lutar e acreditar nelas mesmas. Sendo assim, a realização do presente trabalho foi uma experiência gratificante, sobretudo durante o processo de entrevista, visto

que as entrevistadas transmitiram uma força bastante especial, representada pela união entre a luta, a resistência e a persistência.

Percebe-se que, no decorrer das entrevistas, todas as entrevistadas mencionaram os seus sonhos. Sendo assim, a falta de oportunidade de estudar não é empecilho para que essas mulheres sejam sonhadoras, trabalhadoras, de grandes saberes e com direitos. Cada uma delas tem sonhos, mas, infelizmente, se encontram em uma sociedade capaz de estabelecer mais dificuldades para que elas não os realizem ou, até mesmo, as impeçam de sonharem. Elas são estimuladas a acreditarem que os seus sonhos são impossíveis de serem realizados, visto que os seguintes discursos são recorrentes: “isso você não consegue, pois é muito difícil”; “logo você que é uma mulher!”; “acho melhor nem tentar”; dentre outras falas que muitas escutam diariamente e que devem ser desconstruídas.

Não obstante, tornou-se possível refletir sobre a realidade de como as mulheres são vistas, especialmente essas camponesas. Todas enfrentam, diariamente, problemas associados ao fato de serem mulheres ou pelos seus trabalhos. Ou seja, elas não representam um determinado “padrão” imposto pela sociedade machista e, conseqüentemente, são excluídas ou silenciadas.

O presente estudo indica um processo que merece ter uma reflexão mais profunda no âmbito das políticas públicas. Trata-se da inserção da unidade familiar como um projeto político de transformação social, a fim de que as mulheres Kalungas sejam reconhecidas e saibam de seus espaços políticos de atuação, enquanto gestoras da unidade familiar (projeto que teve início com os governos do Partido dos Trabalhadores). Dessa maneira, essas mulheres garantem o acesso às políticas de créditos e formação referentes aos seus espaços de trabalho enquanto camponesas.

Esse é um ponto que demanda mais estudos e pesquisas, sendo dado o primeiro passo nessa direção. O povo da Comunidade é fruto da resistência e, quando se trata da mulher Quilombola Kalunga, isso é mais forte e evidente. As mulheres Kalungas são exemplos de muitas lutas, superação e determinação. Para tanto, é de suma importância garantir e defender os seus direitos em tempos em que os governantes de plantão preconizam a retirada das mínimas conquistas, como a previdência social.

O vínculo do sistema de previdência social com o estatuto do trabalhador tem conseqüências importantes na emergência de novas disparidades entre os indivíduos, reforçando muitas vezes a assimetrias de gênero, pois repetem as disparidades do mundo do trabalho [...] (SOARES, 2003, p.93).

Portanto, percebe-se que as conquistas desse povo estão ameaçadas de serem retiradas, como a questão da previdência social, mencionada anteriormente. Esse novo modelo terá conseqüências maiores no aprofundamento das desigualdades entre os indivíduos, dando reforço para a diferenciação de gênero no trabalho camponês.

As mulheres Kalungas precisam lutar e trabalhar juntas, para que elas sejam as protagonistas das suas próprias histórias, ocupando os seus lugares de destaque e reconhecimento, não se restringindo apenas ao ambiente doméstico e familiar. O lugar delas é onde elas querem e necessitam estar. Tudo está em aberto, precisa ser pesquisado e trabalhado com e para as mulheres Kalungas. Como sugestão de estudos futuros, recomenda-se pesquisar como e quais os projetos que podem vir a ser desenvolvidos dentro da comunidade, a fim de atender às especificidades e necessidades dela, levando em consideração a realidade dos seus membros.

No entanto, estudos como esses, somam-se enquanto iniciativas, direcionadas à superação, gradativa, do esquecimento, da inferiorização do trabalho e das responsabilidades que assumem as mulheres Kalungas no cotidiano.

Embora tenha havido conquistas, é muito maior o que se quer e necessita. Trata-se da construção de novas relações em uma sociedade justa e igualitária, onde as mulheres e os homens precisam engajar-se, desde o desvendamento das variadas formas de dominações, ao palmilhar a feitura do novo tecido sócio histórico libertário.

Ainda falta muito a ser desvendado e conquistado por estas batalhadoras, aos poucos estão transpondo os limites e as fronteiras do preconceito e da própria lógica do trabalho [...] (PICOLI, 2004, p.227).

Todas as conquistas das mulheres, até o presente momento, são frutos das lutas, mas ainda falta muito a ser conquistado. A luta por uma sociedade justa e igualitária não se constrói apenas por iniciativas de pequenos grupos ou

individuais, mas principalmente pela união das forças de mulheres e homens comprometidos com os mesmos objetivos.

Dessa forma, torna-se possível a existência de uma sociedade transformada, capaz de dirimir ou atenuar significativamente os problemas de exclusão social; desigualdades; exploração; discriminação; dentre outros. Logo, o engajamento é necessário para desfazer as várias formas de dominação existentes no meio social.

Com o decorrer do tempo e por meio de muitas lutas travadas, as mulheres estão sendo mais respeitadas, mas isso não significa que elas não sofrem com a discriminação; o preconceito; a exclusão; a inferioridade; a opressão e tantas outras formas de segregação impostas por uma sociedade patriarcal e machista. Nesse sentido, torna-se basilar o trabalho com o processo de formação e multiplicação de sujeitos de direitos dentro da comunidade, a fim de que essas visões sobre as mulheres sejam detectadas por elas mesmas para que possam lutar, conjuntamente, contra essas formas de dominação impostas. Para tanto, essa iniciativa terá grande significância para a valorização da mulher e dos seus trabalhos. No entanto, essa luta não se constitui apenas com as mulheres, mas os homens precisam ter uma participação efetiva para que essas mudanças aconteçam. Eles devem lutar para que todas/os tenham direitos iguais e ocupem seus espaços, seja de trabalho, ou quaisquer outros, onde elas/es querem e devem estar.

Se hoje a mulher é mais respeitada e valorizada, é pelo fato de ter conquistado estes espaços numa trajetória com vitórias e derrotas, mas o fato de ser mulher fez a diferença. Assim, nesta luta conjunta, os propósitos são na busca de mudanças e espaços no conjunto das relações trabalhistas, tanto para homens, como para mulheres, pois o conjunto da sociedade é composto da classe trabalhadora e o empenho deve ser somado em prol desta (PICOLI, 2004, p.227).

Sabe-se que a classe trabalhadora sofre com as imposições da classe dominante, sobretudo as mulheres, devido ao olhar menosprezador que essa classe detém sobre elas. Sendo assim, torna-se fundamental a luta conjunta de homens e mulheres em prol dos seus objetivos comuns, visto que ambos fazem parte da classe trabalhadora e devem neutralizar as determinações do que os “donos” estabelecem sobre o que deve ou não ser feito. As lutas são

estratégicas para desconstruir a ideia de que a classe trabalhadora e as mulheres não têm certos direitos.

Ao finalizarmos esse trabalho de estudo e pesquisa, podemos levar como ponto para o aprofundamento e o engajamento sociopolítico, o trabalho com as mulheres nesse processo de retirá-las da invisibilidade, da exclusão, das imposições que são colocadas, fazendo com que cada uma se veja como mulheres importantes, que têm direitos e muitos valores. Para tanto, elas não podem aceitar a inserção delas na margem da indiferença, concretizada pela determinação do que devem ou não fazer ou estar. Logo, elas devem lutar para ocuparem os espaços de trabalho que almejam, demonstrando que homens e mulheres possuem os mesmos direitos, não sendo excluídas dos lugares considerados apropriados apenas para os homens.



## REFERÊNCIAS

BAIOCCHI, Maride Nazaré. **Kalunga: povo da terra**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BONI, Valdete. **Surgimento dos movimentos autônomos de mulheres no Brasil**. Mestre e Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina Pós-doutorado na Universidade Federal em Santa Catarina, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: Dicionário da educação do campo. EPSJV; Expressão Popular, 2012, p.265.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DERKOKI, João Luiz. Agricultura familiar: paradigma para o desenvolvimento sustentável. In: ZART, Laudemir (Org.). **Educação e socio-economia solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade**. Cáceres: UNEMAT, 2004. p. 310-331.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. In: \_\_\_\_\_. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. **A licenciatura em Educação do Campo**. In: Dicionário da educação do campo. EPSJV; Expressão Popular, 2012, p.470-473.

MOURA, Gloria (Coord.). **Uma História do Povo Kalunga**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**. Campanha pela produção de alimentos saudáveis. Disponível em: [www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha\\_sementes.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sementes.pdf). Acesso em: 6 maio 2019.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

PALACÍN, Luís. História de Goiás (1722-1972). Goiânia: UCG, 1986. In: \_\_\_\_\_. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822 estruturas e conjunturas numa capitania de Minas**. Goiânia: UCG, 1994.

SÃO PAULO (Estado). Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. Disponível em: [library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf](http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf). Acesso em: 6 maio 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16](http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16). Acesso em: 1 maio 2019.

STARR, Tama. **A Voz do Dono Cinco mil anos de machismo e misoginia**. São Paulo: Ática, 1992.